



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1337/07	DATA: 28/8/2007
INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 16h56min	DURAÇÃO: 2h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h12min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: apreciação de requerimentos. Definição do cronograma de trabalho da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, os custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e as suas ramificações nos presídios, e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Tendo sido distribuída a cópia da ata da segunda reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago da necessidade da leitura da mesma.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, dispenso a leitura da ata, *data venia*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dispensada a leitura da ata, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente à mesa.

O Sr. Deputado Francisco Tenório encaminhou cópia de atestado médico recomendando seu afastamento dos trabalhos da Casa pelo período de 3 dias, a contar do dia 22 de agosto, o que justifica a ausência de S.Exa. em reuniões de instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes desta Comissão.

Esta reunião foi convocada para a definição do organograma, do cronograma de trabalho. Para conferir uniformidade e objetividade, o Sr. Relator vai apresentar um organograma inicial, sujeito a adaptações pelos Srs. Deputados. Uma vez aprovado o organograma, o Sr. Relator fará as adequações da ordem da cronologia, na medida em que forem aprovados os requerimentos. Isso evitará a dispersão de energia e perdas de seqüências lógicas do trabalho.

Temos ainda pauta deliberativa. Temos algumas matérias extrapauta que requerem procedimento regimental diverso.

Requerimento nº 09, de 2007, do Deputado Jorginho Maluly.



Requer realização de audiência pública para debater o papel — esse é o requerimento de inclusão na pauta dessas solicitações de extrapauta. Está sendo solicitada a inclusão na pauta, para serem votados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 09, do Deputado Jorginho Maluly, que requer a realização de audiência pública para debater o papel do serviço de inteligência dentro das penitenciárias.

Requerimento nº 10, do Deputado Jorginho Maluly, que requer a realização de audiência pública para debater a atuação do crime organizado dentro das penitenciárias.

Requerimento nº 11, do Deputado Jorginho Maluly, que requer a realização de audiência pública para ouvir o Dr. Antonio Ferreira Pinto, Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo.

Requerimento nº 12, do Deputado Jorginho Maluly, que requer realização de audiência pública sobre tecnologia para o monitoramento a distância dos penalmente condenados e para o aumento da segurança nos presídios e nas comunidades limítrofes.

Por fim, Requerimento nº 13, dos Deputados Neucimar Fraga, Domingos Dutra e outros, que requer a realização de diligência para a tomada de depoimentos. Esse requerimento tem o objetivo de tomar depoimentos de algumas pessoas citadas no caso de Ponte Nova, e a oitiva está sendo solicitada para a próxima quinta-feira.

Esses são os depoimentos extrapauta, e estamos sugerindo, por intermédio dos autores também, a inclusão desses requerimentos na pauta desta tarde.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, regimentalmente não podemos incluir extrapauta simbolicamente. Quer dizer, ou vai-se votar nominalmente o extrapauta, se tivermos *quorum*, ou então convocar sessão para amanhã para apreciar os requerimentos. Não votar requerimento extrapauta sem ser nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos prosseguir a votação de forma nominal, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O.k.



**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Após a leitura da ata, eu verifico que o meu nome não consta na ata, e inclusive eu tive a honra de presidir a sessão que deu posse a V.Exa. como Presidente. Gostaria, portanto, de... Parece que houve um atraso na remessa da indicação do nome pelo partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Verificada a informação solicitada pela Mesa, consta realmente que há um erro. Nós vamos retificar e incluir o nome de V.Exa. na ata, conforme o solicitado.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, na mesma condição, o Deputado Jorginho Maluly participou também dos trabalhos da Mesa, na apuração dos votos, e não estou vendo aqui o nome na sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Solicito à Secretaria desta Comissão que tome as providências necessárias, para que as solicitações feitas sejam incluídas na Ata nº 2 desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria indagar de V.Exa. se poderia fazer gestões junto ao Presidente da Casa no sentido de que o material remanescente da CPI do Crime Organizado, da qual fizemos parte e V.Exa. foi inclusive também foi Vice-Presidente, pudesse ser encaminhado a esta Comissão, para que a gente pudesse utilizar aquela documentação e, sem dúvida nenhuma, dar continuidade ao trabalho. V.Exa. lembra que muitas coisas não pudemos concluir porque terminou o prazo. E, como esta CPI trata do sistema carcerário, portanto tem finalidade contígua à daquela, que V.Exa. fizesse gestões junto ao Presidente da Casa, e aquilo que não estiver guardado sob sigilo que possa ser remetido para esta Comissão, e o que estiver sob sigilo que o Relator solicite, para que votemos aqui na nossa Comissão a transferência de sigilo daquela CPI para esta CPI, para a nossa continuidade de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A solicitação será acatada, e nós tomaremos as providências para que seja encaminhada a solicitação, conforme feito pelo nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Deputado Carlos Sampaio.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, pela ordem. Na linha do que foi colocado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu solicito a V.Exa. que também peça à Comissão de Segurança que sejam encaminhados a esta Comissão todos os estudos que foram desenvolvidos sobre o PCC e o Comando Vermelho no País. Foram estudos coordenados por mim e pela Deputada Laura Carneiro e que acho seriam de grande valia para os trabalhos, particularmente para subsidiar o Relator nas suas atividades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A Mesa também acata a solicitação do Deputado Carlos Sampaio e vai encaminhar a solicitação à Comissão de Segurança. E solicita à Secretaria desta Comissão que tome as devidas providências.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, um dos itens desta sessão é se deliberar sobre um cronograma de trabalho. E na proposta que vou submeter ao Plenário da Comissão há um item, justamente este de coleta de dados, tanto na esfera do Poder Executivo, do Poder Judiciário, para subsidiar a Comissão.

Portanto, eu peço a V.Exa. que a gente aprecie logo o cronograma, para evitar que cada Deputado faça sugestões que já poderão ser incluídas no cronograma, porque os 2 requerimentos estão aqui no item 1 do cronograma, que eu gostaria de passar aos demais membros.

Portanto, eu solicito que a gente delibere logo sobre o cronograma, para a gente ganhar tempo e ir enquadrando, inclusive, os requerimentos que vão ser apreciados em seguida.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, a solicitação que eu fiz a V.Exa., a Secretaria da Comissão vai tomar providências?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Já acatamos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A Secretaria toma providência?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Claro.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não precisa providenciar requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Já está acatada, e a Secretaria vai tomar as devidas providências.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu tenho um ofício que eu estou passando à mão de V.Exa., da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário, em que eles pedem a possibilidade de 2 integrantes da FEBRASPEN participarem das nossas reuniões, até para poderem apresentar subsídios e sugestões.

Encaminho a V.Exa. o ofício da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário dirigido a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só indago a V.Exa. se a Comissão tem que enviar um convite, ou se a manifestação já é o desejo público dos membros de participarem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se V.Exa. autorizar, está implícito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, a Mesa acata a solicitação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então está autorizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então nós vamos votar os requerimentos para inclusão extrapauta. Só indago aos Srs. Parlamentares se nós poderemos votar esses requerimentos em conjunto em uma única votação nominal.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, eu solicitaria que fosse feito individualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como não há acordo, vamos à votação. (*Pausa.*) Vamos votar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, na verdade eu não quero atrapalhar os trabalhos da Comissão. Se V.Exa. pudesse ler aqueles que seriam votados em bloco, eu não tenho nenhum senão. É que alguns especificamente, 1 ou 2, eu gostaria que fossem votados em separado. Então eu não queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Farei a leitura.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - A leitura. Porque então, sabendo do que se trata, daí podemos aprovar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Requerimento nº 1. É 9, mas é o primeiro que vai ser votado. Requer realização de audiência pública para debater o papel do serviço de inteligência dentro das penitenciárias. *(Pausa.)* O.k.?

Outro requerimento requer a realização de audiência pública para debater a atuação do crime organizado dentro das penitenciárias. Crime organizado.

Outro requerimento requer a realização de audiência pública para ouvir o Dr. Antonio Ferreira Pinto, Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo.

Outro requerimento requer realização de audiência pública sobre tecnologia para o monitoramento a distância dos penalmente condenados e para aumento de segurança nos presídios das comunidades limítrofes.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Veja, Sr. Presidente, não há nenhum óbice a nenhum desses. Mas, por exemplo, são audiências públicas nas quais teremos a participação de quem? Essa é a indagação que faço, para que possamos contribuir.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Presidente, nos 3 primeiros, tem a pessoa que eu estou solicitando o convite, que acho que V.Exa., para ser rápido... Cada um deles tem uma pessoa ligada diretamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Requer realização de audiência pública para ouvir o Dr. Antonio Ferreira Pinto...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Veja, todas elas, Sr. Presidente, sem exceção, são importantes. Sem exceção. Agora, eu só reputo fundamental que tenhamos todos nós, membros da CPI, noção de quem participará ou se poderemos fazer sugestões de nomes, porque todas elas são relevantes. Agora, quem vai participar? Não sei se V.Exa. também tem o conhecimento, que parece que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, claro. Nós podemos tomar o seguinte procedimento. Poderemos aprovar o requerimento e em seguida definir quem serão os convidados, como poderemos também tentar discutir. Porque tentar discutir agora os convidados...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu acho que não há nenhum problema em aprovarmos os requerimentos e depois...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Depois definirmos em conjunto, com a participação de todos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Em conjunto, exatamente, para que todos possam participar da escolha desses nomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Claro. E, por último, requerimento que requer a realização de diligência para a tomada de depoimentos. Esses depoimentos são a continuação do caso de Ponte Nova, em Minas Gerais. Nós estivemos lá na sexta e no sábado, ouvimos já alguns depoentes que estão citados aqui novamente, mas nós entendemos que é necessário ouvir novamente algumas pessoas. Então nós estamos solicitando novamente a diligência, para continuar ouvindo os citados no caso de Ponte Nova, lá em Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Eu gostaria de tomar conhecimento do requerimento, que ainda não chegou às minhas mãos, a fim de saber de que forma esta Comissão pretende fazer os trabalhos, se pretende fazer em Ponte Nova, se pretende fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não. A sugestão é que seja feito em Belo Horizonte, não em Ponte Nova.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Seria em algum ambiente, em alguma delegacia de polícia?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Estamos solicitando à Assembléia Legislativa...

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - E quem é o autor do requerimento, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Presidente e o Relator.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, pela ordem. Parece que o nobre Deputado Carlos Sampaio também quer abordar a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não. Pode.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Eu indago a V.Exa. se nós não deveríamos adotar um procedimento que segue a regra do... enfim, do sistema jurídico, e também dentro da rotina policial, uma vez que em qualquer hipótese, em



qualquer circunstância, até mesmo dentro do âmbito da investigação por meio de uma CPI, a oitiva daqueles que respondem a qualquer tipo de crime não deve se dar — e todos sabem das razões, não precisaria aqui me estender muito a respeito —, não deveriam se dar, em hipótese alguma, fora do ambiente policial ou fora do ambiente da Justiça. Então eu pondero a V.Exa. que, se é importante que se faça essa oitiva, e estou certo de que é importante, mas que ela se dê dentro do ambiente adequado. E não creio que uma Casa do Legislativo seja efetivamente esse ambiente. Eu deixo essa ponderação a V.Exa. Teria muitos outros argumentos aqui a ponderar, mas estou certo de que V.Exa. vai aceitar bem o meu argumento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, na mesma linha. Nós enfrentamos, na Comissão de Segurança Pública, problemas semelhantes a esse, e a sugestão feita pelo Deputado Paulo Abi-Ackel realmente vai ao encontro do bom senso. Eu digo em que sentido. A transferência de presos já é, por si só, um trabalho que demanda envolvimento de policiais, envolvimento da própria Assembléia Legislativa, da segurança da Assembléia Legislativa, a segurança das pessoas, o fato de a Assembléia ser num centro urbano. Todas as vezes que, na Comissão de Segurança, nós íamos ouvir os presos, chegamos a adotar esse procedimento de ir ao presídio, e o presídio é que disponibilizava, com toda a segurança para a Comissão, inclusive, uma área aberta, uma sala fechada, apropriada para isso.

Eu acho que seria muito mais prudente, Sr. Presidente, porque realmente há um ônus para a população, há um ônus para o Estado em fazer a remoção, e há uma questão de segurança envolvendo. Além disso, os presos têm uma linguagem própria, uma maneira própria de se comunicar. Por incrível que pareça, se se der publicidade a ponto de uma TV estar acompanhando ou qualquer tipo de comunicação que eles possam falar para fora, eles se comunicam de uma forma que nenhum de nós irá entender, mas a quem eles estão querendo dirigir o assunto, eles conseguirão.

Eu pondero com V.Exa. porque à época queriam trazer aqui o Marcola, que presidia o PCC. Quer dizer, um absurdo, um contra-senso. Daí, chegou-se à conclusão de que deveríamos ir até lá, porque uma fala dele ou de qualquer um que esteja envolvido numa organização criminosa dentro de um presídio pedindo para



falar com um cunhado, pedindo para falar... Não é o cunhado, tem uma outra razão. Esse nome significa algo. A isso não deveríamos dar publicidade.

É por essa razão que eu estou na linha do Deputado Paulo Abi-Ackel e solicito a reflexão de V.Exa. sobre o tema, ouvirmos no próprio estabelecimento prisional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só queremos alertar os colegas que nós não vamos ouvir só presos. Nós vamos ouvir alguns presos, alguns agentes policiais, delegado... Então eu entendo até a preocupação de V.Exa. Por que nós estamos solicitando um espaço? Nós fazemos as CPIs... Todas as CPIs que funcionam na Casa, nós ouvimos todos os depoentes aqui. Nas assembleias, as comissões realizam seus trabalhos no âmbito das assembleias, das câmaras. Quando nós estamos indicando a Assembleia Legislativa, é porque nós sabemos que lá tem um sistema de som para gravar, tem taquígrafas que podem auxiliar os trabalhos da Comissão, tem a *TV Assembleia*, que pode dar a cobertura de toda audiência. Então são essas facilidades encontradas nas casas legislativas que fazem com que praticamente todas as audiências de comissões — eu já participei aqui na Casa de 5 — sejam geralmente realizadas nas casas legislativas. Mas nós poderemos solicitar à Mesa que faça contato com a Polícia Federal de Belo Horizonte. Devemos ter lá um auditório da Polícia Federal e poderemos realizar essa audiência no auditório da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu agradeço a V.Exa. Mais uma vez, é justamente a publicidade que se dá em todo tipo de audiência em assembleias, na Câmara, que não deve ser dada para um preso, porque ele se comunica com o mundo exterior através da TV, através de vários outros meios, e nós não podemos dar essa facilitação para ele. Quanto aos demais, é evidente que a Assembleia seria o local adequado. Pondero tão-somente com relação a presos. E normalmente presos perigosos.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, ainda...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - De fato, parabênizo a decisão de V.Exa., parabênizo também o posicionamento do nobre Deputado Carlos Sampaio, que é oriundo do Ministério Público, e eu oriundo da advocacia, e convergimos no



mesmo receio. No receio de que nós, por uma decisão que muitas vezes pode parecer simplória, possamos colocar até a credibilidade desta Comissão em risco. Seria efetivamente, o senhor pode ter certeza, e fico muito feliz que V.Exa. tenha essa sensibilidade de compreender isso... Aqui não se trata de preservar A, B ou C, mas sim de preservar a Comissão, para que ela possa ser respeitada no meio jurídico, no meio científico, tanto daqueles que são oriundos da carreira do Ministério Público, como no meu caso, que venho da advocacia, embora eu tenha tido alguma atividade como juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

V.Exa. pode estar certo de que está tomando a decisão mais correta. Parabenizo V.Exa. O local correto talvez, se me permite, talvez seja a penitenciária de Ipatinga, por causa do custo. Deslocar os presos até Belo Horizonte, até a Polícia Federal, custará com certeza mais caro, e fica apenas a título de sugestão a V.Exa., do que transferir de Ponte Nova para Ipatinga, coisa de 30 quilômetros, ou 40 quilômetros, que tem aeroporto, aeroporto preparado para receber e que permitiria uma economia efetiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mais de 200.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Não, não. V.Exa. pode ter certeza. Ponte Nova de Ipatinga é bem próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Trinta quilômetros?

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Ponte Nova de Ipatinga é seguramente metade da distância de Ponte Nova a Belo Horizonte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu não sou mineiro, não, mas eu acho que...

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Tem aeroporto e tem penitenciária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só informo a V.Exa. o seguinte. Os presos não estão na mesma penitenciária. Os presos foram distribuídos para penitenciárias de Belo Horizonte, de Juiz de Fora. Nós temos presos em Além Paraíba. Então...

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Posso garantir a V.Exa. que o maior número de presos, se me permite, estão em Ipatinga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O objetivo é Belo Horizonte, porque lá está... Nós vamos ouvir traficantes perigosos. Esse é o motivo



de não fazer nas cidades menores. Na capital nós temos condição de ter o aparato da polícia, sem o custo que se pretende fazer. E todas essas cidades estão mais próximas de Belo Horizonte, mais centralizadas a Belo Horizonte, e facilita também o deslocamento dos Parlamentares para a cidade de Belo Horizonte. Então vai ser realizado na Cidade de Belo Horizonte.

Nós vamos solicitar à Mesa que possa tomar as providências quanto ao local junto à Polícia Federal de Belo Horizonte. Se nós não encontramos a infra-estrutura necessária para realizar os trabalhos, não nos restará outra alternativa que não seja usar o espaço do Legislativo estadual ou municipal. Então eu entendo a preocupação. Vamos ver se conseguimos esse espaço na Superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte. Se não for possível, aí nós vamos ter que realizar em uma dessas instituições. Mas o motivo de não fazermos em cidades específicas, nobre Deputado, é justamente por causa disso: os presos estão em cidades diferentes, e Belo Horizonte fica fácil tanto para eles como para a Comissão também se deslocar.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Eu acato a decisão de V.Exa. e parabeno-o novamente. A sugestão para que se desse em Ipatinga seria por uma questão de economia. Mas, de fato, para a tranquilidade dos membros da Comissão, Belo Horizonte oferece obviamente uma estrutura melhor. Por esta razão, tem minha concordância.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Jorginho.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Tem um Deputado na frente, Presidente, acho que já tinha pedido a palavra. Se não tiver...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - É o Deputado Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Eu aguardo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu recebi essa proposta de organização do cronograma de trabalho e, assim como V.Exa. e outros integrantes desta CPI, nós já participamos de diversas outras CPIs aqui na Casa e em outros Parlamentos estaduais. Eu gostaria de propor... e quero ouvir a opinião dos presentes acerca da possibilidade de nós antes de começarmos a movimentar a Comissão Parlamentar de Inquérito para



avaliação de fatos que porventura tenham acontecido, como esse episódio de Minas Gerais, que nós pudéssemos consensuar aqui a aprovação de uma arquitetura para o conjunto da CPI.

Nós tomamos a iniciativa de apresentar uma série de requerimentos que focam exatamente essa arquitetura. Por exemplo, há um Departamento Penitenciário vinculado ao Ministério da Justiça. Esse Departamento Penitenciário é o órgão executor dos fundos, do Fundo Penitenciário. A Secretaria Nacional de Segurança Pública é o órgão executor dos convênios com os Governos de Estados e Municípios para recuperação e construção de presídios, recuperação e construção de delegacias.

Ao mesmo tempo, na esfera do Poder Judiciário há um instituto, o Instituto Brasileiro de Execução Penal, que congrega os Juízes Titulares das Varas de Execução Penal nos Estados onde há Varas de Execução Penal. Em alguns Estados não há. Essas deliberações são acumuladas nas Varas Criminais, assim como do ponto de vista dos profissionais há entidades nacionais que congregam os profissionais, bem como há fóruns ou conselhos que reúnem as Secretarias de Justiça dos Estados ou as Secretarias de Administração Penitenciária.

O receio que eu tenho — e quero compartilhá-lo aqui — é que nós, sob a preocupação de dar respostas a fatos que acontecem quotidianamente, comecemos a atirar a esmo. Vamos a Minas, aí amanhã tem uma rebelião num presídio em Goiás, nós vamos a Goiás. Daqui a pouco, a gente fica, como diz a expressão, o dito popular: “cachorro em caminhão de mudança, atrás do dono”. Correndo para todo o lado, sem saber aonde a gente vai conseguir chegar. Então eu queria compartilhar essa preocupação, porque as outras CPIs demonstraram que, quando a gente envereda por esse caminho de sair atrás dos fatos, a gente até esmiuça bem cada um dos fatos, a gente ouve os protagonistas, os agentes penais, ouve os representantes da criminalidade, mas a gente não consegue ter uma visão do todo, porque é humanamente impossível para qualquer CPI.

Então eu queria compartilhar essa preocupação. Talvez nós pudéssemos aprovar uma arquitetura e dentro dessa arquitetura nós colocássemos lá os fatos que estão ocorrendo, porque em todos os Estados há uma administração penitenciária. Se o crime é mais ou menos organizado, se é mais tráfico, assalto a



banco ou qualquer outra forma de crime... Mas qual é a responsabilidade da administração penitenciária dos Estados? De que maneira o Poder Judiciário dos Estados se envolve com a eficácia dos programas da administração penitenciária?

Nós vimos na Comissão de Segurança Pública que, das 27 unidades da Federação, apenas 6 responderam àquilo que deveria ser obrigação: qual é o orçamento executado na Pasta da Segurança Pública em cada Estado do País. Só 6 nos responderam, e 2 de forma truncada. Então eu imagino que, se nós pudéssemos, na esfera dos Estados, as autoridades penitenciárias, as autoridades do Poder Judiciário, na esfera Federal... Nós, inclusive, já fizemos um levantamento que não é promissor dos programas do Governo Federal, desde 2001 até agora, em que pese à apresentação do PRONASCI, que está sendo apresentado aqui em frente, na Comissão de Segurança, mas a execução orçamentária do que já existe lá não é promissora em função do contingenciamento.

Então eu queria compartilhar essa preocupação, para que nós não ficássemos indo atrás dos fatos, embora a sociedade nos cobre, e nós tenhamos que dar resposta a isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só queria explicar o seguinte. Nós entendemos a preocupação do Deputado Paulo Rubem. Esta Comissão foi criada na quinta-feira pela manhã. Instalada na quarta; e na quinta, na hora que nós estávamos fazendo a eleição, nós fomos informados sobre os fatos lá de Ponte Nova. Nós não poderíamos tomar outra medida que não fosse nos deslocarmos até a cidade e acompanhar *in loco* os trabalhos que estavam sendo feitos.

Coincidentemente, iniciamos os nossos trabalhos por ali, porque ocorreu um fato que é inédito. Depois de Carandiru, onde morreram 111 presos, foi Ponte Nova palco de novamente uma tragédia dentro do sistema penitenciário, onde morreram 25 pessoas. É por isso que a CPI teve que se deslocar, iniciar o trabalho, iniciar as investigações por lá, porque em Ponte Nova nós encontramos o que vamos encontrar em todos os Estados, dentro do sistema penitenciário: superlotação; problema de corrupção dentro do sistema, facilitando a entrada de droga, de armas; descontrole; instalações precárias; brigas de gangues rivais dentro do sistema



penitenciário. Então o que nós vamos encontrar em outros Estados, em outro sistema, nós também encontramos ali.

Mas teve um fato inesperado, que foi a morte de 25 pessoas queimadas vivas dentro de um cela. Então é por isso que a CPI iniciou os trabalhos ali, na sexta e no sábado. Queria até agradecer aos Parlamentares que puderam se deslocar para lá de um dia para o outro, cancelando compromissos já assumidos. E nós não podemos parar agora um trabalho que nós iniciamos lá, porque a tendência da Comissão é continuar o nosso trabalho dentro do cronograma que está sendo traçado pelo Relator, que vai ser apresentado. Mas esse caso de Ponte Nova vai merecer uma atenção especial nossa, até que nós possamos esclarecer os fatos que ocorreram ali naquela cidade.

Recebemos ali todo o apoio por parte do Governo Aécio Neves, da estrutura do Governo. A Secretaria de Segurança, de Defesa colocou aeronave à nossa disposição, colocou logística de transporte rodoviário à nossa disposição. Então estamos contando com a total colaboração. Os corregedores da Polícia estiveram conosco. A TV da Secretaria de Defesa esteve lá, cobrindo toda a reunião da CPI, mas nós temos que continuar o nosso trabalho. É por isso que nós hoje, além de estarmos aqui analisando o cronograma, nós vamos também votar esses requerimentos, que nós achamos interessantes e necessários, para que nós possamos continuar o nosso trabalho dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então eu peço só a colaboração dos Parlamentares, tendo em vista que, depois que iniciar a Ordem do Dia, nós não podemos votar mais requerimentos. A gente vota os requerimentos. Em seguida, entra no segundo ponto de pauta, que é o cronograma, para que a gente ganhe tempo, enquanto nós temos *quorum*, porque a votação é nominal. Então eu só queria contar com a colaboração dos Parlamentares, inclusive que já solicitaram a palavra, porque nós estamos aqui discutindo a inclusão em bloco desses requerimentos extrapauta, para que nós possamos votar.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão.



Agora nós vamos votar os requerimentos, conforme determina o Regimento Interno, nominal, fazendo a chamada aqui dos Deputados presentes.

Deputados que são pela aprovação dos requerimentos podem responder “sim”, os contrários, “não”.

Deputado Afonso Hamm. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Cida Diogo. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Iriny Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado José Linhares.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Jusmari Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - “Sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Marcelo Itagiba. *(Pausa.)*

Deputada Maria do Carmo Lara. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Maria Lúcia Cardoso. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - “Sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Neucimar Fraga, “sim”.

Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, Ayrton Xerez vai votar “sim” e vai requisitar cópia desses requerimentos para que possa melhor se entender aqui, no plenário da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Solicito à Mesa que distribua cópia dos requerimentos aos presentes.

Deputado Bruno Rodrigues.



**O SR. DEPUTADO BRUNO RODRIGUES** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Jorginho Maluly.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Paulo Abi-Ackel. *(Pausa.)*

Deputado Pinto Itamaraty. *(Pausa.)*

Deputada Cida Diogo. *(Pausa.)*

Deputado Raul Jungmann *(Pausa.)*

Deputado Abelardo Camarina. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Tenório. *(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Talmir. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Felipe Bornier.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Suplentes.

Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - “Sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Lincoln Portela. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)* Ausentes.

Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pedro Eugênio.

*(Pausa.)*

Deputado Alexandre Silveira. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Vieira. *(Pausa.)*

Deputado Renato Amary. *(Pausa.)*



Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado William Woo. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gabeira. *(Pausa.)*

Votaram “sim” 15 Parlamentares.

Encerrada a votação.

Declaro o resultado: 15 Deputados “sim”, nenhum “não”.

Está encerrada esta votação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aprovados, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aprovados os requerimentos.

Requerimentos pautados.

Requerimento de nº 2/07, do Deputado Paulo Rubem Santiago, “requer criação de Sub-Relatoria para análise das condições do orçamento e de financiamento das Administrações Penitenciárias”.

Com a palavra o autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, conforme entendimento mantido com V.Exa. e com o Relator, a possibilidade da criação ou não de Sub-Relatorias é uma deliberação do próprio Relator, em conjunto com a Presidência.

Portanto, peço para retirar o requerimento, e vamos trabalhando esse entendimento com o Relator, que, iluminado pelas luzes da Baía de São Marcos, em São Luís, no Maranhão, certamente acatará nossa proposição.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, apenas pela oportunidade, em que pese a decisão ser do Relator, eu me alinho à proposta do Deputado Paulo Rubem Santiago, porque foi muito útil nas outras CPIs de que participamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Acatada a solicitação do autor; retirado de pauta o Requerimento nº 2/07.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Jorginho Maluly, depois o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, eu queria só dar também apoio à solicitação do Deputado Paulo Rubem Santiago e pedir ao nobre Relator Domingos Dutra que avalie a possibilidade também da criação de uma Sub-Relatoria para avaliar os impactos que os presídios causaram nos pequenos e médios municípios do nosso País.

Sou de uma região que tem mais de 30 presídios no entorno das cidades, o que causou terrível transtorno social e econômico aos municípios pequenos. Então, queria que o nobre Relator, como é entendimento verbal, aproveitando o gancho do Deputado Paulo Rubem Santiago, também estudasse a possibilidade de criar uma Sub-Relatoria para avaliar o que de bom e ruim esses presídios trouxeram para suas regiões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, queria solicitar à Secretaria da Mesa que, quando o requerimento fosse votado, distribuísse cópia do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Já solicitamos à Secretaria que distribua cópia dos requerimentos que estão na pauta.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A informação da Secretaria é que os requerimentos já estão sendo distribuídos.

Deputado Ayrton Xerez com a palavra. Em seguida, a Deputada Cida Diogo.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, eu gostaria de, neste momento, para não deixar passar batido, manifestar apoio à proposta do Deputado Paulo Rubem Santiago, no sentido de que se componha uma arquitetura para as ações da nossa CPI.

Entendo que o Deputado Domingos Dutra, que é um notável Parlamentar, compreende a importância, também, dessa organização, sem a qual nós talvez venhamos a perder a visão global do problema, que é muito complexo, e fiquemos



apenas — isso o Presidente não deixaria ocorrer, obviamente — no tiroteio, caso a caso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra...

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Relator tem a palavra.

Em seguida, a Deputada Cida Diogo e o Deputado Afonso Hamm.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, com relação às preocupações do Deputado Paulo Rubem e do Deputado Ayrton, eu considero que nós temos que aprovar essa arquitetura a que o Deputado Paulo Rubem se refere. Eu entendo que está aqui nesta proposta de metodologia, de diretrizes de trabalho. E, uma vez discutida, com as sugestões que virão do Plenário, nós vamos construir essa metodologia. Inclusive, de acordo com o andamento dos trabalhos da Comissão, vai ser, com certeza, possível criar as Sub-Relatorias.

Portanto, eu gostaria que a gente abreviasse a apreciação dos requerimentos, entrássemos no roteiro de trabalho, nas diretrizes que vão atender às preocupações de ambos os Deputados, manifestadas neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Cida Diogo, em seguida, Deputado Ayrton. Depois, vamos seguir na votação dos requerimentos.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu também queria só manifestar... Eu acho que essa proposta apresentada pelo Relator, esse conjunto de ações elencadas aqui, com cronograma, acho que vai poder, de fato, atender a uma série de expectativas e anseios de vários membros da CPI, no sentido de buscarmos, de fato, esse trabalho investigativo.

Acho que isso não impede, Deputado Domingos Dutra, de já começarmos a pensar nas Sub-Relatorias. Essa Sub-Relatoria proposta pelo Deputado Paulo Rubem, no meu entendimento, vem contribuir, corroborar com a própria estratégia apresentada pela Relatoria.

Eu gostaria também de acrescentar, como já expus na reunião passada, na primeira reunião da CPI, a necessidade de pensarmos numa Sub-Relatoria que



acompanhe e que tenha uma atenção diferenciada para os presídios femininos. Então, só reforçando isso.

Eu concordo, acho que esse conjunto de ações está bem pensado, acho que vai contribuir bastante para essa organização do trabalho da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só informo aos Srs. Parlamentares que nós vamos entrar, logo em seguida, após votarmos os requerimentos, na análise do cronograma, onde as sugestões que estão sendo feitas sobre Sub-Relatorias poderão ser abordadas com mais ênfase em direção ao Relator.

Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Eu só queria registrar a nossa participação, a opção de participar desta CPI, aqui, com os colegas, para avaliar o sistema carcerário, porque sem dúvida é uma grande preocupação.

Primeiro, o ponto fundamental, em termos de preocupação e de item prioritário no País, são as questões ligadas à violência e as questões ligadas à segurança pública. Como membro da Comissão de Segurança, embora sem uma experiência maior nessa área... mas a demanda parte da sociedade. E hoje a violência e os aspectos ligados à segurança pública competem... a todo um componente de dimensões de um município, desde os grandes centros urbanos, as grandes capitais, as grandes regiões metropolitanas, os municípios do interior e o interior do interior. Porque também temos as condições lá na área rural. E a nossa participação... Eu estive até buscando alguns subsídios.

Temos aqui o colega Busato, que é do Rio Grande do Sul, o meu Estado, que também, naturalmente, fará parte de todo esse debate, dentro de uma busca para ver as questões dos nossos presídios, dos nossos agentes que lá atuam, a condição dos presos. Sem dúvida, é por isso a condição de importância desta CPI.

Também quero informar que estive em contato com o Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, ainda por telefone, para que possamos levantar mais dados, para que possamos estabelecer também esse debate, colocando alguns aspectos referentes às necessidades, ao registro do que está acontecendo. E acho que esse é o norte que deve encaminhar o rumo da discussão nesta CPI, no sentido, naturalmente, de ver as questões regionais, as questões dos



Estados, mas analisar, com certeza, numa visão de âmbito nacional, para buscarmos as soluções para este grave problema que temos, pela funcionalidade dos nossos presídios, sob todos os aspectos a serem trabalhados, que, com certeza, vão ser apontados por esta CPI.

Só quero registrar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que estaremos acompanhando. Sei que agora tem uma seqüência a ser encaminhada de proposições como metodologia de trabalho.

É essa nossa colocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Requerimento nº 3/07, do Sr. Paulo Rubem Santiago, “requer o convite ao Dr. Adeildo Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Execução Penal, a comparecer na presente CPI, para participar de audiência pública, a fim de expor a análise da crise e o funcionamento do sistema penitenciário e as legislações vigentes no Brasil, a partir da Execução Penal”.

Com a palavra o autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, serei bastante breve. O Dr. Adeildo Nunes é titular de uma das 2 Varas de Execução Penal no Recife — ambas trabalham com toda a estrutura carcerária do Estado de Pernambuco — e hoje acumula a Presidência do Instituto Brasileiro de Execução Penal. Nós nos comunicamos com o Dr. Adeildo, ele se dispôs. Já estará aqui, em Brasília, no dia 11 de setembro, para uma reunião da Comissão de Segurança Pública. Seria importante que aproveitássemos a presença do Dr. Adeildo, que certamente tem todas as condições para nos expor quais são os entraves à execução penal plena, quais são os problemas para a execução penal acontecer na estrutura dos Estados, sobretudo quando temos os Estados da Federação com estruturas orçamentárias e financeiras diferentes para a manutenção da administração penitenciária. Estamos falando de 27 unidades da Federação, incluído o Distrito Federal, que dispõem de recursos diferentes e comprometem margens diferentes dos seus recursos para o pleno funcionamento da administração penitenciária e da execução penal.



Portanto, creio que ninguém melhor do que o Presidente do Instituto Brasileiro de Execução Penal para vir aqui colaborar conosco e fazer o diagnóstico que todos nós gostaríamos de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento.

Não há quem queira discuti-lo.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 4/07, do Deputado Paulo Rubem Santiago, “requer realização de audiência pública com convite a OAB, AMB e CONAMP, a fim de se discutir a política penitenciária”.

Com a palavra o autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, assim como me expressei na primeira intervenção, quando aqui ponderamos pela importância da aprovação de uma arquitetura para os trabalhos da CPI, considero fundamental que, ao convocarmos as entidades gerais, possamos ouvir os representantes dos magistrados, do Ministério Público, como também a Ordem dos Advogados do Brasil, que tem publicado e produzido, nos seus congressos, nos seus grupos técnicos, uma série de contribuições importantes sobre a matéria da execução penal.

Sem prejuízo da convocação ou do convite de outros protagonistas, sobretudo dos agentes penitenciários, que oportunamente serão convidados, peço aos nobres Deputados e Deputadas integrantes da CPI a aprovação do nosso requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não há quem queira discuti-lo.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Requerimento nº 5/07, do Deputado Paulo Rubem Santiago, que “requer realização de audiência pública com convite ao Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária”.

Com a palavra o autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, na mesma linha, compreendendo a complexidade e a disparidade até de estrutura, de pessoal, de orçamento, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Judiciário, nós diagnosticamos que os Estados têm Secretarias específicas para tratar da administração penitenciária. Portanto, será muito importante ouvirmos, por exemplo, o Estado do Piauí, comparando sua estrutura com a do Estado de Minas Gerais, com a do Estado do Rio de Janeiro, com a do Estado de São Paulo, resgatando aqui uma questão que a nós — particularmente a mim e ao Deputado Bruno Rodrigues, que é do Estado de Pernambuco — preocupa. Pernambuco é o Estado com o maior número de presos provisórios. São 17 mil presos. Proporcionalmente, é a maior quantidade de presos provisórios entre a população carcerária de todos os Estados da Federação. Então, isso certamente tem desdobramentos na segurança do sistema carcerário, no efetivo cumprimento das penas, na transformação da pena num instrumento educativo, e não numa universidade do crime.

Por isso, apelo para que ouçamos aqui os representantes das diferentes administrações penitenciárias e que possamos pedir a eles que não venham apenas nos falar dos presos e dos presídios, mas também de quanto é aplicado dos recursos do sistema penitenciário dos Estados dentro do orçamento de cada Estado. E eu tenho certeza que teremos uma brutal disparidade de percentuais aplicados no bom funcionamento do sistema penitenciário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 6/07, do Deputado William Woo. “Requerimento de informações aos governos dos Estados e do Distrito Federal a respeito de seus sistemas penitenciários”.



É um requerimento de 26 questionamentos. São informações importantes para a CPI. Eu acho que é até pertinente o requerimento.

**O SR. DEPUTADO BRUNO RODRIGUES** - Sr. Presidente, eu só queria registrar que entendo que é praxe da Comissão que o autor esteja presente para defender o requerimento. Mas quero subscrever o requerimento do nobre Deputado William Woo, porque entendo serem da maior importância as indagações que faz S.Exa. aos Estados e ao Distrito Federal. Então, quero subscrever o requerimento e passar a palavra a V.Exa. para concluir a votação.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, eu também subscreveria esse requerimento do Parlamentar William Woo e ainda agregaria o seguinte: essas informações teriam o condão de permitir que a CPI de que nós participamos chegue aos Poderes Executivos e Judiciários estaduais; que as autoridades estaduais tenham conhecimento da abrangência do trabalho que nós pretendemos realizar. Então, eu penso que essa comunicação, além de obter as informações que me parecem muito oportunas, terão também o condão de informar os objetivos dessa CPI que V.Exa. preside.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 7/07, do Deputado Paulo Rubem Santiago, “requer o convite ao Sr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, para prestar depoimento na presente CPI a respeito das condições de implementação de um ordenamento administrativo e técnico convergente ao desenvolvimento da política penitenciária”.

Faço uma indagação ao nobre autor do requerimento. Nós marcamos com o Sr. Maurício para dia 4 uma audiência, uma visita desta Comissão ao Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, para que nós possamos informá-lo a respeito da criação desta Comissão, dos trabalhos e dos objetivos. E eu indago ao nobre



Deputado se, em vez de convidá-lo para prestar depoimento, se nós não podemos transformar esse depoimento em audiência pública com o Sr. Maurício...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...para que ele possa fazer a explanação dos trabalhos que está realizando pelo DEPEN e que nós possamos fazer um debate, para não ficar em termos de depoimento do Diretor do Departamento Penitenciário. Se o nobre autor concordar...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Concordo, Sr. Presidente, sobretudo porque cabe ao Departamento Penitenciário a administração do Fundo Penitenciário, e nós já mostramos, na Comissão de Segurança Pública, que a execução do FUNPEN tem estado aquém, muito aquém dos recursos aprovados nas leis orçamentárias anuais, e as conseqüências todos nós sabemos.

Ao mesmo tempo, os convênios que foram realizados através da SENASP com os Governos de Estado foram objeto de uma audiência pública, recentemente, realizada na Comissão de Segurança, e nós vimos, com o apoio da Controladoria-Geral da União, uma série de atropelos encontrados nos convênios, muitos deles chegando a comprometer quase 40% dos recursos transferidos para os Estados, para recuperação de presídios, para construção de novas delegacias. Isso sem distinção de Estado, de Governo, de partido, etc., etc.

Então, é importantíssima essa audiência pública com o Diretor do Departamento Penitenciário. E nós poderemos solicitar à Consultoria Legislativa, sobretudo da Comissão Mista de Orçamento, que já nos municie com os dados da execução orçamentária.

Nós fizemos esse levantamento — vamos levar agora para a Comissão de Segurança, no debate sobre o PRONASCI —, e os números não são promissores. Talvez se nós tivéssemos, ao aprovarmos a Lei Orçamentária, conseguido a execução integral dos recursos dos fundos, nós não teríamos tantos motins, tantas rebeliões e tantas situações críticas nos presídios e nas delegacias do País.

Então, eu corroboro a proposta de V.Exa. Podemos transformar o convite para o depoimento numa audiência pública, sem o menor problema.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu entendo a ponderação de V.Exa., mas eu acho que o Deputado Paulo Rubem tem razão



quando faz o convite. Porque ele é a única pessoa responsável pelo DEPEN. E ele é que tem que dar aqui os esclarecimentos, não participar de uma audiência. Tem que ser um convite mesmo, exclusivamente a ele, porque ele tem que explicar... porque nós ouvimos falar, inclusive, nesse caso do lamentável incidente lá de Ponte Nova, que as verbas federais do sistema penitenciário não foram repassadas para Minas Gerais.

Então, eu acho que não tem que ser audiência, não, tem que ser convite para que ele venha aqui explicar a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A indagação que eu fiz ao nobre Parlamentar foi se em vez de fazer um convite para vir prestar depoimento, se nós poderíamos transformar esse convite para prestar depoimento em audiência pública, para nós debatermos, e ele fazer a explanação sobre a forma de funcionamento... Inclusive, nós temos o INFOPEN, que é um sistema de informações penitenciárias, que eu acho que é um instituto importante, administrado pelo DEPEN, e poderia trazer bastante conhecimento para nós.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, só que, na verdade, o Dr. Maurício tem a ótica do sistema penitenciário com Catanduvas e Mato Grosso. E a ótica real é outra, Presidente. E ele tem verbas que poderiam ajudar a ótica real de outros Estados. Por isso, acho que não tem que ser audiência pública, tem que ser convite mesmo.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - É, eu entendo a preocupação do Deputado Arnaldo Faria de Sá de que a audiência pública não se dilua. Com a participação eventual de outros convidados, uma audiência pública transforma-se numa mesa com 4, 5. Eu entendo. Eu entendi a preocupação de V.Exa. e incorporo também a ponderação do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Nós queremos o Departamento Penitenciário, responsável pela execução do FUNPEN, não só pelas penitenciárias federais...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Cadê a grana?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - ...mas também pelos convênios com os Estados. E vamos confrontar essas informações com os Secretários das Administrações Penitenciárias, das Secretarias de Justiça de cada Estado da Federação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra Deputada Maria do Carmo.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA** - Eu acho que é importante, seja audiência, seja convite, que o Sr. Maurício venha para esclarecer, porque nós, da CPI, não podemos também só nos pautar pelo que a imprensa noticia. A gente tem até que ler a imprensa, saber o que está acontecendo, até para poder investigar. Eu sou do Estado de Minas Gerais, a Deputada Maria Lúcia aqui é também do Estado de Minas Gerais e tem outros Deputados aqui. Mas se a gente entrar nessa discussão sobre quem deu verba, quem não deu verba, se a gente for fazer esse debate aqui, agora, nós vamos verificar que teve repasse de verba, ou que não teve, por que não teve. Então, para poder, inclusive... Eu acho que é bom que tenha... se pudesse ser um convite, ou mesmo audiência com a pessoa para esclarecer como é feito isso no Brasil e em todos os Estados e, que, inclusive, repasse também a real realidade — que eu já estou pedindo para levantar — de quais são os repasses que o Estado de Minas Gerais recebeu do Fundo Penitenciário, do Fundo Nacional de Segurança. Que teve repasse teve. Por que algumas verbas não foram? Porque se nós nos pautarmos só pelo que a imprensa está falando, que o problema é o Governo Federal, que não mandou dinheiro, a gente tem que tomar cuidado, senão vamos entrar numa disputa e não vamos focar no que é importante levantar: o que tem no sistema penitenciário do Brasil e o que nós temos que sugerir para achar soluções, seja de responsabilidade do Governo Federal, seja dos Governos Estaduais.

Queria ressaltar isso aqui e deixar registrado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu fiz um comentário em cima de um requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago, que é do PT, não foi pela imprensa, não. Foi requerimento de S.Exa. Eu apenas fiz um enfoque regimental que, sendo convite, será apenas ele, e audiência pública seriam vários e iria diluir. E eu entendi, acompanhando o requerimento do Deputado Paulo



Rubem Santiago, que eu quero esclarecimento. Eu não estou pautado por imprensa coisa nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 8/07, da Deputada Maria Lúcia Cardoso, requer a convocação de autoridades e cidadãos abaixo nomeados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra a autora do requerimento, Deputada Maria Lúcia Cardoso.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - Sr. Presidente; Sr. Relator; Deputado Bruno, Primeiro Vice-Presidente; Sras. e Srs. Deputados, o requerimento que proponho, de nº 8/07, parece coincidir com os mesmos depoentes que seriam ouvidos por proposta de V.Exa., Sr. Presidente. Neste caso, como nós faríamos?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, como os 2 requerimentos são afins — o de nº 8 e o de nº 13 — podíamos juntar os 2 requerimentos, porque as matérias são correlatas. Têm, inclusive, pessoas comuns. O Requerimento nº 13/07 tem Wanderley José Miranda. O Requerimento nº 8/07 tem Wanderley, delegado de Polícia.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - É isso que eu estou propondo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, tem aqui mais de uma pessoa comum nos 2 requerimentos.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, faça a junção e os 3 assinam. Fica um requerimento só dos 3 autores.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - É exatamente isso, Deputado Arnaldo, que eu estou propondo. Como são as mesmas pessoas, eu só retiraria, faço uma ressalva aqui...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não precisa nem retirar. V.Exa. subscreve e...

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - Não, não, não. Veja bem, não é retirar. Eu faço uma ressalva à convocação do Padre Antônio Luiz. Em vez de



convocação, faria um requerimento à parte convidando o Vigário da Paróquia Santo Antônio para prestar... enfim, para nos ajudar aí...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu acho que essa sua preocupação de convidar em vez de convocar o Padre Antônio Luiz é perfeita. Mas o Dr. Delegado de Polícia também não precisa ser convocado, o Dr. Wanderley.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - É porque são convocações diferentes. O Padre Antônio não tem envolvimento nenhum com polícia, de jeito nenhum. Ele responde por outra área, por outra instituição.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ah, entendi.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - Não tem nada a ver. Por isso eu quero fazer em separado, entende?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Entendi.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, eu queria uma informação: é Padre Antônio Luiz ou é Padre Luiz Antônio? E também logo, para não parecer que é de somenos importância, peço para corrigir o cabeçalho desse importante requerimento, porque está lá: Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema "Carcerário". Não pega bem, inclusive, foneticamente. Gostaria que fosse feita a correção no texto.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - Onde é que o senhor lê isso, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Lá em cima.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A observação está correta.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - O sistema "carcerário" está no cabeçalho do seu requerimento. E há uma dúvida quanto ao nome do prelado, se é Luiz Antônio ou Antônio Luiz. Eu gostaria de ser informado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A Mesa acata a solicitação e as observações feitas pelos Srs. Parlamentares. Vamos juntar os requerimentos e assinar os 3 em conjunto.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - Bom, o meu requerimento deve ser diferente do de V.Exa. A minha proposta está aqui. Passo às mãos do ilustre Deputado, porque a minha redação está correta.



**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Deputada Maria Lúcia, certamente é diferente. Eu vejo até pelo tipo de letra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.  
Em votação.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Foi um erro de digitação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Claro, claro.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos votar qual: o 8 ou o 13?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O 13? O 13 já foi votado, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu estou falando do 13. Vamos votar o Requerimento nº 8 ou o nº 13?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Requerimento nº 8. Eu...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É que o nº 8 e o nº 13 têm nomes comuns. É para isso que eu estou chamando a atenção da Mesa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Junte os 2 requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Já foram juntados os 2.

**A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO** - Juntamos os 2 e retiramos o padre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só que o nº 13 já foi aprovado. O nº 13 já foi votado e aprovado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É aí que eu estou dizendo: não há necessidade de votarmos o nº 8 naquilo que o nº 13 já foi votado. Isso que eu estou falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós só acatamos as sugestões feitas pelo... as sugestões para que fosse juntado o nº 8 ao nº 13, e nós só colocamos em apreciação pelo Plenário para que não haja recurso depois. Então, acatada a sugestão, mesmo assim, coloquei em votação a sugestão para evitar qualquer tipo de recurso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Uma questão de ordem. V.Exa. disse o Item 13 já foi votado?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Já foi votado, e votado nominalmente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Foi votada a inclusão, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, votada a inclusão e votado o texto.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Nominalmente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nominalmente. Quinze votos a zero.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É o mérito do requerimento que ele está falando.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Ia ser votado requerimento a requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não, foi tudo em conjunto para a inclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós fizemos um acordo e votamos a inclusão. Depois, votamos o texto em bloco, nominal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, não pode.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não pode. Quando V.Exa. falou: *“Agora, farei a leitura do requerimento, para a votação nominal”*, eu imaginei que nós fôssemos ... V.Exa. iria ler um a um...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Lógico!

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - ... porque tem de ser feita a votação nominal para que haja discussão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Cada um tem de ser discutido.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Naquele primeiro momento, a discussão foi para a inclusão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É isso aí.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Agora nós temos de discutir o tema, a matéria. Tanto é isso, Sr. Presidente, que indaguei a V.Exa. que não me



sentiria à vontade em votar audiências públicas sendo que sequer eu sabia quem estava sendo convidado. V.Exa. se lembra da minha ponderação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós construímos um acordo para votar dessa forma, mas, se os Parlamentares quiserem votar nominalmente, podemos votar nominalmente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, individualmente, não nominalmente. Individualmente. Votar um a um o requerimento. Pode ser no simbólico, para votar um a um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Veja bem, até mesmo naquele em que há dissenso. No que há consenso, não há problema que seja votado em bloco. Se bem que, regimentalmente, não é permitido.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Presidente, nós já estamos votando um a um. E só continuar.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - E o 13 não foi votado, Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, essa é também a minha impressão.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Vamos continuar e votaremos o 13.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A Mesa corrige aqui.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, então, já que vamos votar o oitavo requerimento, podemos incluir junto o décimo. Era essa a minha colocação inicial, porque têm nomes comuns. Então, fazer uma votação só, e, aí, pode ser simbólica, o 8 e o 13. Eu só queria, se V.Exa. assim deferir, discutir esses requerimentos.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma informação da Mesa aqui. Quando fizemos a votação, votamos o 13 e ficaram os 4 sem votar, da forma como está sendo requerido, individualmente, pelo Deputado Carlos Sampaio.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não, nós votamos o 13 no que... Houve uma discussão sobre o 13 tão-somente no momento em que se discutia a inclusão na pauta. Depois que entrou em pauta, V.Exa. começou a ler um a um, começamos a ler o primeiro e daí simplesmente V.Exa. afirmou que já tinha sido discutido e votado o 13º.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Vamos... É uma discussão inócua. Vamos adiantar aqui para não perdermos tempo. Então, vamos votar agora o Item 13 da pauta, que foi juntado ao Item 8.

Em discussão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, quero discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu quero discutir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Eu peço para me inscrever também, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, queria, antes de votar esse requerimento, saber qual o procedimento da Mesa nessas audiências. Qual será o procedimento da Mesa nessas audiências, nessas convocações desse requerimento? Qual será o procedimento da Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O procedimento é o de praxe das Comissões, nobre Deputado. Aprovado o requerimento, vamos em diligência a Belo Horizonte ouvir os convocados.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Na verdade, é o seguinte, Presidente: V.Exa. fala que é praxe da Comissão porque o senhor esteve na CPI do Crime Organizado, como eu, e, àquela altura do campeonato, o Presidente Aldo Rebelo, incomodado com certas avaliações, não permitiu que os presos fossem ouvidos nesta Casa. Mas, antes dessa CPI, em todas as demais CPIs que nós tivemos, os presos vieram aqui, não fomos nós que fomos aos presos. Quando houver necessidade de conhecermos um estabelecimento prisional, a nossa Comissão pode ir, mas, para ouvir preso, o preso tem de vir aqui. Nós não temos de ir lá, não! Não podemos tomar por base aquela atitude do ex-Presidente da Casa,



Aldo Rebelo, que não queria deixar a gente ouvir preso aqui. Preso vem a Brasília, nós temos de nos deslocar daqui para ir à Polícia Federal, em Brasília, para ouvir preso. Acho que tem de ser ouvido aqui! Se a preocupação nossa é que não tenha, através da oitiva do preso, uma comunicação via televisão, vamos fazer a sessão reservada, mas aqui. Por que têm de se deslocar 7, 8, 10, 15 Deputados, que temos atividades, para poupar de vir aqui um preso que não faz nada? Tem de vir aqui, o preso! Não temos de ir lá, não, Presidente! Acho que... Eu quero...

Antes de votar, quero definir essa questão. A sessão tem de ser aqui. A CPI é aqui. Nós é que temos de aguardar o deslocamento, não nós nos deslocarmos. Eventualmente, eventualmente, para conhecer a questão de Ponte Nova ou de qualquer outra unidade carcerária, a Comissão pode ir *in loco*. Mas a Comissão não pode querer se deslocar ou para a Assembléia Legislativa ou para a Polícia Federal ou para o raio que o parta para ouvir preso, não! O preso tem que vir aqui! Ele não faz nada! Por que eu tenho de perder tempo com ele?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só informo ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, quanto à questão levantada por ele, que a nossa decisão não foi baseada em ouvir os presos lá em Belo Horizonte por causa do ato da Mesa. Nós estivemos em Ponte Nova na sexta-feira, acompanhamos o depoimento, na sexta e no sábado. Nós entendemos que nós devemos ouvir novamente alguns dos que já prestaram depoimentos e outros que estão presos lá no Estado de Minas Gerais. E tem um inclusive que está preso em Foz do Iguaçu.

Então, nós sugerimos que nós fôssemos a Belo Horizonte para facilitar o deslocamento dos presos que estão no Estado de Minas Gerais, em cidades diversas. Tem em Juiz de Fora, tem em Ipatinga, tem em Viçosa, tem dentro de Belo Horizonte. Mas esse é um caso onde nós começamos a discutir de forma inesperada, porque foi um fato ocorrido de um dia para o outro, então eu queria pedir...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Presidente, eu não estou criticando a ida a Ponte Nova. Eu acho que foi prudente e providencial. Naquele momento, a melhor decisão foi a que V.Exa. tomou. Eu quero dizer que daqui por diante nós temos que inverter a ordem. Antes daquela posição do Deputado Aldo



Rebelo, todos os casos... Fernandinho Beira-Mar esteve aqui mais de uma vez. Vários presos estiveram aqui mais de uma vez. O problema é da Polícia Federal. Vamos convocar, e o cara tem que vir aqui. Não tem que ter colher de chá não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria ponderar com V.Exa. o seguinte: que mantivéssemos o requerimento como foi aprovado, neste caso, e que nós marcássemos uma reunião dos membros desta Comissão com o Presidente Arlindo Chinaglia, porque existe uma Ato da Mesa, o de nº 82, de 12/07/2006, que está em vigor, que é esse ato que veda a realização de oitivas de presos nas dependências da Câmara dos Deputados. É um ato da Mesa...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, tudo bem, mas então eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu solicito...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O que eu quero sugerir a V.Exa. é o seguinte: vamos suspender a votação desse requerimento, vamos conversar com o Arlindo para suspender esse ato, para depois tomar a decisão, porque nós estivemos fora de Brasília várias vezes na CPI do Crime Organizado e nós ficamos com falta aqui, você sabe disso, nós ficamos com falta. Foi abonado depois, mas estatisticamente nós temos falta. E se tivéssemos ouvido o Marcola aqui, como ele já tinha sido ouvido outras vezes aqui, nós não teríamos falta, porque ele estaria sendo ouvido aqui, íamos ao plenário, registrávamos a presença e voltávamos. Eu fiquei com falta, V.Exa. ficou com falta, todos nós ficamos com falta. Depois tivemos as faltas abonadas. Nós fomos a São Paulo ouvir os presos, também tivemos a nossa falta abonada. Nós temos que ter facilidade para o nosso trabalho. Nós não podemos complicar nosso trabalho. Então, o que eu vou propor é o seguinte...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O que eu vou propor a V.Exa. é suspender a votação desse requerimento. Vamos conversar com o Deputado Arlindo Chinaglia para suspender esse ato. Temos que ouvir o preso aqui e não lá.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Para contraditar, o Deputado Ayrton Xerez.



**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, nós acabamos de votar e aprovar na Câmara dos Deputados uma lei que tem como objetivo o barateamento de custo de transferência de presidiários, propondo a videoconferência, para que esses apenados não precisem se deslocar de suas penitenciárias para se apresentar ao juiz, no centro de uma cidade como o Rio, São Paulo ou Belo Horizonte. Agora o Deputado Arnaldo Faria de Sá quer se voltar contra uma posição que majoritariamente foi assumida pela Câmara. Eu não compreendo. Nós temos que reduzir custos. Acho que a regra geral é o Deputado se deslocar. Se em casos especiais isso não for possível, que o preso seja trazido à Câmara dos Deputados, a esta CPI.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, uma ponderação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Relator com a palavra, em seguida o Deputado Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu quero fazer mais um apelo: aqui, nós já estamos sugerindo falar com o Presidente da Casa para reformar um ato que proíbe presos aqui. Nós aqui já discutimos o que pode ser público e o que não pode. Eu quero sugerir que se suspenda a discussão do requerimento. Vamos discutir a metodologia. Na metodologia, nós vamos discutir o que é reservado, o que é público, o que é feito aqui, o que é feito lá, porque daqui a pouco estamos nos perdendo. São 15h53min, daqui a pouco chega a Ordem do Dia, aprovamos atos isolados e daqui a pouco parece-me que a CPI é para Minas Gerais, não é para Minas. Nós temos que dar destaque para Minas, porque foi grave, tem 25 pessoas presas, tem um relatório aqui que eu estou produzindo e gostaria de socializar com a Comissão; tem 25 pessoas indiciadas, no nosso ponto de vista equivocadamente.

Eu quero sugerir que discutamos a metodologia. Uma vez acertado o passo da metodologia, isso facilita os gargalos que estão surgindo aqui. E eu queria fazer um apelo para que trabalhássemos pelo consenso, mas não víssemos a questão política, porque daqui a pouco vai bater num Estado porque lá tem uma invasão. Aí já não pode, porque não pode dar publicidade. Nós temos que ter aqui uma média de tal forma que a CPI não empaque no início da sua caminhada.



Portanto, sugiro discutirmos a metodologia e, em seguida, vamos voltar para os requerimentos e vamos tentar, pelo caso de Minas Gerais, chegar a um consenso diante da emergência, que foi o caso de Minas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Permite-me um aparte, nobre Relator? Acho que V.Exa. tem razão na sua colocação. Só quero lembrar ao Deputado Ayrton Xerez que o Supremo Tribunal Federal anulou todos os processos que foram de oitiva por videoconferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só quero voltar a lembrar aos nobres Parlamentares de que nós estamos num processo de votação. O questionamento feito pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá só tem uma forma de resolver, é a CPI marcar uma audiência com o Presidente Arlindo Chinaglia, para que ele possa revogar ou não a portaria. Se não revogar, nós vamos cumprir determinação. Agora, nós estamos votando o item 3 da pauta e não vejo motivo nenhum para suspender. Já que começamos a votar, vamos terminar de votar os requerimentos, porque os requerimentos dependem de não ter sido iniciada a Ordem do Dia para votarmos. O cronograma, nobre Relator, nós analisamos em seguida, porque senão vamos interromper um trabalho que já iniciamos. Já que estamos em discussão, se os Parlamentares colaborarem, encerramos logo.

Com a palavra o Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, vou ser muito breve, muito direto, porque estou de pleno acordo com o que V.Exa. está colocando e com o que o nobre Relator deixou aqui requerido. Acho que essa questão tem que ser melhor analisada, e para isso, muitas vezes, o tempo é fundamental. Quero lembrar ao nobre Deputado Ayrton Xerez, com todo o respeito que tenho por V.Exa., que a matéria que aprovou a videoconferência ainda não foi votada no Senado. Portanto não é lei e não podemos fazer uso dela.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O Supremo anulou a decisão.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Data vênha o nobre Ayrton Xerez, o Deputado Arnaldo Faria de Sá tem razão.

E quero, Sr. Presidente, apenas para efeito — e não penso que estou sendo insistente — elucidativo, quando falo na conveniência de não fazer o depoimento dos presos em Belo Horizonte, penso exclusivamente em economia, no gasto da



transferência. Nós estamos falando aqui do requerimento de V.Exa., de nº 13, de 6 presos. Quatro deles estão na penitenciária de Ipaba. Ipaba é o município vizinho ao Município de Ipatinga, onde tem aeroporto, onde tem condições mais do que suficientes para, caso a CPI assim decida, possa lá ser feita a oitiva desses presos. Mas isso é uma questão, conforme o Relator bem colocou, que vai ser examinada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Já é matéria votada, Sr. Presidente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos colocar em votação.

Encerrada a discussão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu vou concordar em votar desde que seja feita a observação de que possamos falar com o Deputado Arlindo Chinaglia para que as audiências sejam feitas aqui. Se houver impedimento dele, eu concordo. Se não houve impedimento, nós vamos tomar uma decisão aqui.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Eu posso dar uma sugestão, Sr. Presidente, para acabar com essa discussão? As próprias pessoas que vão ser ouvidas podem ser ouvidas aqui ou no local de presídio. Ficam as 2 opções às pessoas que vão ser ouvidas, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Para mim, Deputado Maluly, se me permite, eu acho que talvez a oitiva aqui seria interessante, e em sessão reservada, reservadíssima, em sessão secreta. Eu até entendo a colocação do Deputado Arnaldo Faria de Sá, mas desfazer um ato da Mesa não é uma conduta fácil. Então, a minha sugestão, e que fosse tomado esse procedimento para qualquer Estado, é que os Governadores dos respectivos Estados cedessem o espaço e viabilizassem a ida e o retorno da Comissão. Em que sentido? Ele tem todo o interesse em que a Comissão tenha dados, *a priori*, e ajude na realização. Se assim não proceder, adotamos o critério que V.Exa., enquanto Presidente, achar oportuno. Por que digo isso? Em conversa agora com o Deputado Paulo Abi-Ackel e com o Governador Aécio Neves, ele disponibilizou aeronave para buscar todos os membros da



Comissão. Já em conversa com a Polícia Federal, com o Secretário de Segurança, vai promover o deslocamento de todos os presos para Ipaba, que é um local que, segundo ele...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ipatinga.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não, Ipaba.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - É a mesma coisa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas é Ipatinga.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - É Ipaba e com um detalhe: segundo ele, os mais perigosos estão lá, e a transferência dos outros, que ele, por decisão dele mesmo, foi diluída pelo Estado, a ele vai caber levar todos para aquele local, para serem ouvidos todos no mesmo dia por esta Comissão, como era uma aeronave disponibilizada para esta Comissão ir e retornar. Eu acho que, aí sim, nós fazemos uma coisa coerente e uma coisa em que vamos ter objetividade, uma coisa concreta e que o ônus cabe ao Governador, no sentido de nos ajudar e contribuir com esta Comissão. Acho que, no caso do Governador, em que ele já se colocou à disposição para levar, trazer, deslocar todos os presos ou testemunhas para Ipaba, quer dizer, não vejo por que não aceitarmos uma sugestão que vai ao encontro do que nós queremos, que é agilidade, celeridade e economia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só não vejo onde é que está a economia nisso tudo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - O Governo do Estado é que está...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu acho muito mais caro vir aqui e buscar, vir aqui e levar, levar para Ipaba, transferir para outro lugar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É isso aí.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas como não está havendo economia? Como é que nós vamos promover... Como é que o Governo do Estado vai levar todos para Belo Horizonte, me diga V.Exa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos pela Câmara, não vamos pelo Governo do Estado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas então V.Exa. acha mais interessante que gastemos o dinheiro da Câmara, e não do Governo onde aconteceu o problema?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o dinheiro público é um só.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não é um só. O problema aconteceu no Estado de Minas Gerais. Qual é o problema de o Governador disponibilizar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, Deputado Carlos Sampaio. Deixa eu dar uma palavra aqui. Esta CPI foi criada com o intuito de ajudar a contribuir na solução dos problemas do sistema penitenciário brasileiro. Nós não vamos e não queremos de forma alguma partidizar problema penitenciário brasileiro. Não vamos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Minha sugestão é para todos os Governadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não vamos, não vamos. E esta CPI não pode ficar subordinada ao querer ou não de Governadores em transportar os membros desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, não se trata de subordinação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós não podemos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - V.Exa, como Presidente, vai sugerir a ele que seja assim. Se ele não fizer, V.Exa. adota o critério que quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nobre Deputado, eu entendo a preocupação e quero dizer a V.Exa. o seguinte: nesta CPI nós não temos interesse nenhum em partidizar o problema penitenciário. O problema que tem em Minas tem em São Paulo, tem no Rio, tem no Espírito Santo, vamos ter em todos os Estados.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, uma questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E nós estamos conduzindo o trabalho da Comissão, nesse caso especificamente de Ponte Nova, nós estamos tratando o caso. Em momento algum, houve nenhuma palavra de nenhum membro desta Comissão culpando o Governo do Estado, culpando o sistema do Estado pelo problema. E nem queremos que a CPI tome esse descaminho, porque senão em cada Estado que nós formos vamos ter de encontrar



um obstáculo para nos dirigir até lá. Nós agradecemos o Governo do Estado, o Governo Aécio Neves, que nos ajudou bastante no deslocamento de sexta-feira, foi um deslocamento urgente, não tínhamos como mobilizar a Câmara. Tivemos que depender do apoio do Governo do Estado, do Secretário de Estado, do Chefe de Polícia. Foram muito atenciosos com a CPI, deram todo o suporte, deram todo o aparato necessário, mas nós somos uma Comissão de Investigação. Quem faz investigação não pode ser dependente de ninguém. Nós somos um Poder independente para fiscalizar. E esta Comissão, dentro do Poder, nós temos a capacidade e a prerrogativa de investigar. E quem vai investigar, nós temos que ser neutros. E nós não podemos ficar sendo usuários de benesses por parte de Governo de Estado, porque aonde nós formos e encontrarmos problemas nós vamos ter que apontar. Se nós formos à Bahia, ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e encontrarmos falhas, nós vamos apontar. Então, nós não podemos ficar à mercê dos benefícios dos Governos dos Estados, com toda a boa vontade. E, quando precisar, nós vamos solicitar, como solicitamos na sexta-feira, porque não tinha jeito de resolver o problema. Mas, como órgão investigador, nós não podemos ficar dependendo dos benefícios, dos favores, porque aonde nós encontrarmos problema a CPI vai ter que atuar como uma Comissão.

Então, eu agradeço, Deputado Abi-Ackel, Deputado Carlos Sampaio, nosso colega e amigo, sabe da forma que nós trabalhamos em Comissão. O que nós não podemos é partidarizar este trabalho. Não podemos partidarizar. Então, eu queria contar com a colaboração. Nós acatamos a sugestão apresentada anteriormente pelo Deputado Paulo Abi-Ackel, por V.Exa., para que não fosse na Assembléia nem na Câmara, que fosse num órgão de Polícia. Já solicitamos o espaço da Superintendência da Polícia Federal de Belo Horizonte para realizar a audiência. Ponto.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, pela ordem, questão imprescindível para o raciocínio de V.Exa., se me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, então, o nobre Deputado Abi-Ackel; e, depois, o Deputado Jorginho Maluly.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Em primeiro lugar, penso que V.Exa. compreendeu mal. Aqui não se trata de ser dependente de ninguém, de



merecer benesse de ninguém, de merecer favor, absolutamente, de ninguém. Não há o que se temer. A questão é que temos, sim. Nós temos e somos dependentes, sim, às normas, à legislação, aos procedimentos legais. V.Exa. haverá de convir no seguinte: a Polícia Federal não é o local adequado para a oitiva desses presos porque quem cuida da população carcerária, derivada, condenada em razão de crimes federais em Minas Gerais, é a Secretaria de Segurança Pública. É uma questão de norma legal, é uma questão de procedimento legal. Não podemos cometer aqui procedimentos que não sejam perfeitamente adequados às normas do Judiciário e do regime prisional. De forma que aqui não se trata de querer fazer gentileza para ninguém, não se trata de querer oferecer nada para ninguém; aqui se trata apenas de fazer com que nós tenhamos uma atuação que amanhã não seja objeto de crítica — e crítica porque o procedimento foi errado. O senhor me permita, mas a oitiva dos presos, seja na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, seja na Polícia Federal, não está de acordo com aquilo que está previsto nas normas legais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não existem normas legais para dizer onde devemos tomar depoimento. A norma que existe a respeito de depoimento é uma só. Todo depoimento, toda audiência de preso, tem que ser realizada no estabelecimento prisional.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Mas veja. Se pode ser na Secretaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só que nós aprovamos um projeto que diz que os depoimentos agora serão feitos através de videoconferência, quando houver possibilidade.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Era da lei...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quando não houver essa possibilidade, que o Juiz vá até o sistema penitenciário. Quando essas 2 possibilidades estiverem esgotadas, o preso poderá se deslocar do sistema até o local apropriado para o depoimento. Então, não é que não exista norma, nobre Deputado, a respeito do assunto. Eu só queria contar com a colaboração de V.Exa. no seguinte: se quer uma motivação, nós temos um preso que está preso na Polícia Federal. Sinésio está preso na Polícia Federal de Foz de Iguaçu por tráfico internacional de drogas. É um crime federal. Ele teria que ser ouvido, então, por



esse critério, na Polícia Federal. Há indícios de participação de policiais civis na facilitação dessas mortes. Então, portanto, um local neutro para ouvir seria na Polícia Federal, sim, para se ouvir numa casa neutra os depoimentos. Agora, eu queria só contar com a colaboração de V.Exa. Acho que estamos polemizando um assunto sem necessidade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, a Relatoria...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Um minutinho, Sr. Relator. Está óbvio aqui que todos estão de acordo em que essas pessoas devem ser ouvidas. Ninguém questionou: "tira esse ou põe aquele". Todo mundo se manifestou sobre o local onde vai acontecer a audiência. Então, vou fazer uma sugestão. No texto aqui, coloque-se tudo que está aqui e, vírgula, "*em local a ser definido posteriormente*". Nós vamos então ficar a tarde toda aqui, e um vai defender a Polícia Federal, um vai defender a Assembléia, um vai defender a Secretaria de Assuntos Penitenciários, e não vamos chegar a lugar nenhum comum. Todo mundo está de acordo em que essas pessoas têm que ser ouvidas. Vamos ser objetivos. Coloque-se uma vírgula aqui: "*em local a ser definido por esta Comissão*".

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Está certo. Aí eu aprovo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Deputado Maluly, como levantei essa questão...Como levantei essa questão, Sr. Presidente, concordo plenamente com as ponderações do Deputado Maluly.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, acho que estamos perdendo tempo com algo que, do nosso ponto de vista, está claro. As audiências, as regras, toda audiência tem que ser pública, principalmente no Parlamento. Não vamos poder esconder a publicidade, porque a publicidade desse sistema, no meu ponto de vista, é importante como pedagogia para nós e para a sociedade. A exceção é a reservada. A Comissão tem maturidade para, na hora em que for necessário, ao invés de fazer audiência pública, fazer audiência reservada. Então se faz audiência reservada. Saber se é em Ponte Nova, se é em Belo Horizonte, para mim... A preocupação inicial que senti do Deputado Abi-Ackel, que ele me comunicou, era de que não se desse a publicidade. Mas aqui a regra é a publicidade; a exceção é audiência reservada. E nós temos condições....



**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Não, não. Pela ordem, Sr. Relator. A preocupação com a publicidade... Eu tenho preocupação inclusive...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Deixa eu só concluir. Então, me parece que esse caso. Eu não estou desconsiderando, Deputado Abi-Ackel, a sua preocupação nem a do Deputado Carlos Sampaio. Estamos aqui dialogando para encontrar o melhor caminho para a Comissão deslanchar. Portanto, eu queria sugerir... Primeiro, a regra é audiência pública. E, nos casos... Caso a caso, nós examinamos o que nós devemos ouvir reservadamente, como fizemos em Três Pontes. Tinha 2 pessoas que nós consideramos que não podiam ser ouvidas publicamente. Se essa é a regra, isso pode ser feito na Câmara Municipal, na Igreja Católica, na Polícia Federal, na Assembléia Legislativa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a observação feita pelo nobre Deputado Carlos Sampaio de que o local...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, não! Jorginho Maluly.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...Jorginho Maluly, de que o local será definido...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Local a ser definido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...após e em comum acordo entre nós.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria depois pedir a V.Exa. para que falasse com o Presidente da Casa para revogar esse ato aí.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu sugiro que a Comissão tem que ir aonde... O Presidente discutiu uma série de condições para a Comissão funcionar. Porque, do contrário, nós vamos ficar presos aqui.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, vamos continuar com a pauta. Senão, não dá para votar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Assessoria, condições materiais...



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - V.Exa. tem razão. É preciso mesmo, porque na última CPI nossa nós acabamos virando babá de preso! Não pode! O preso tem que ser escrachado mesmo. Por que tem de ter medo de preso? O que é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Da mesma forma, Item 9 da Pauta: requer realização de audiência pública para debater o papel dos serviços de inteligência dentro das penitenciárias.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Item 9.

Item 10 da Pauta: requer realização de audiência pública para debater a atuação do crime organizado dentro das penitenciárias.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 11 da Pauta: requer realização de audiência pública para ouvir o Dr. Antônio Ferreira Pinto, Secretário da Administração Penitenciária de São Paulo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12: requer realização de audiência pública sobre tecnologia para monitoramento a distância dos penalmente condenados e para aumento de segurança dos presídios e das comunidades.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados todos os requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Esse último requerimento aqui ELE precisa dizer quais são as pessoas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi feita essa observação, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas ele não diz que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está certo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Estou votando em quem? Não se pode votar esse 12, não. Não tem as pessoas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi feito um acordo para nós discutirmos o nome das pessoas depois.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas não pode, Presidente. Não pode. O Item 12 não pode. Leia o Item 12 para o senhor entender, Presidente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, a rigor, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, regimentalmente, está correto. Tanto é que eu levantei essa questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não pode.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas, diante da vontade de todos em votar, eu falei: "*Só se nós chegássemos a um consenso posteriormente*". Mas regimentalmente falando, o Deputado está certo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não pode; o 12 não pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Indago ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, autor da observação feita no requerimento, se nós podemos construir o acordo, atendendo à solicitação do Deputado Jorginho de aprovarmos o requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Nós não podemos aprovar o requerimento sem saber quem vai ser convidado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Jorginho.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, eu sou uma pessoa de objetividade. Não tem nenhum problema nós tirarmos. Eu o tiro de pauta hoje...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aí, sim.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - ...e coloco as pessoas. Até peço ao Arnaldo: se quiser me dar alguma sugestão, está aberto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Retirado de pauta o Item 12, a pedido do autor do requerimento. (*Palmas.*)

O próximo item da Pauta é a discussão e apresentação do organograma do trabalho desta Comissão pelo nobre Relator.

Com a palavra o Relator, o Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós apresentamos aqui um roteiro bem simples, dividido em 3 partes. O primeiro item... Antes, nós estamos sugerindo que as terças-feiras, das 9h às 18, e as quintas-feiras, das 14h às 16h, sejam utilizadas para audiências com oitivas, e as quartas-feiras sejam utilizadas para deliberação administrativa da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Chamo a atenção do Plenário. O nobre Relator está com a palavra, apresentando o cronograma de trabalho, queria pedir a atenção e a colaboração dos senhores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, submeto, inicialmente, se esse calendário de reuniões da Comissão pode ser aprovado: as terças-feiras, das 9h às 18h, sejam utilizadas para audiências, aqui, com a oitiva de convidados; as quintas-feiras, também das 9h30min às 18h, igualmente para audiências.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Só um esclarecimento, Relator, vamos aguardar a leitura de todo o... para as sugestões, ou será cada item? Como vamos fazer?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Estou sugerindo que a gente delibere logo sobre o calendário dessas reuniões. Estou sugerindo que a Comissão aprecie logo estas sugestões de data: terças e quintas para audiências e quarta para sessão deliberativa.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Aprovado. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Vou ler então.

O cronograma está dividido em 3 itens.

Primeiro item: levantar o diagnóstico do sistema penitenciário brasileiro. De que forma? Coletando todas as informações que se solicitem, como as do Deputado Willian Woo, que já fez um rol de requerimentos de informações; coletando



informações na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Segurança Pública e assim por diante. Onde houver dados de que a Comissão possa se valer, a Comissão requisita.

Segundo: ouvir, em audiência pública, os representantes dos órgãos executivos governamentais, tanto da União quanto do Estado, responsáveis pela gestão e uso do sistema penitenciário, analisando as políticas penitenciárias colocadas em prática pelo Brasil nos últimos 20 anos.

A partir de oitava, em audiência, ouvir...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, V.Exa. coloca União e Estados. Deveríamos colocar também, embora não seja uma gestão direta, os municípios. Poderíamos ouvir também os municípios onde há esses presídios, saber como a comunidade recebeu esses presídios. Aí entraria aquele pedido que eu fiz a V.Exa., o de criar, dentro desse item 3, uma Sub-Relatoria de impacto nos municípios. Embora os municípios não tenham gestão direta, eles têm todo o convívio diário dos problemas. Veja que falamos aqui, várias vezes, em Ipatinga, mencionamos o nome da cidade. Então, além de Estados e União, V.Exa. colocaria um item específico aqui no que diz respeito aos municípios onde há presídios.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sem problemas.

Item 3.1.3.

A partir da oitava, em audiência, dos representantes dos órgãos do Judiciário, da União e dos Estados, analisar os gargalos e dificuldades encontrados pelos juizes e demais operadores jurídicos para dar pleno conhecimento da Lei de Execução Penal.

Item 3.1.4.

A partir da oitava, em audiência, de especialistas, dialogar com as experiências de gestão penitenciária bem-sucedidas em outros países e também no Estado brasileiro e colher sugestões de política penitenciária e de eventuais mudanças legislativas para o aprimoramento da legislação.

Item 3.1.5.

A partir de oitava, em audiência, dialogar com representantes das organizações da sociedade civil, tais como Pastoral Carcerária, *hip-hop*, MNU,



Movimento Nacional dos Direitos Humanos, sobre as deficiências e possíveis soluções para melhorar o sistema penitenciário brasileiro.

Item 3.1.6.

Analisar toda a legislação que, direta ou indiretamente, regule a execução penal no Brasil, como a Lei de Execução Penal, o Código de Processo Penal, o Código Penal e outras.

Item 3.1.7.

A partir de oitava, em audiência, realizar o diagnóstico específico e elaborar um relatório atual sobre a situação dos presídios femininos do Brasil, o que atende o pleito da Deputada Cida Diogo.

Item 3.1.8.

A partir de oitava, em audiência, realizar diagnóstico específico e um relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH da população carcerária brasileira, tendo em conta gênero e etnia.

Item 3.1.9.

A partir de audiência, realizar diagnóstico específico e elaborar relatório sobre a existência e a atuação de crime organizado nos presídios, em especial a presença de facções criminosas como PCC, Comando Vermelho e outros.

Item 3.1.10.

Elaborar diagnóstico sobre os efeitos da condenação sobre os familiares, cônjuges, companheiros, pai, mãe, filhos e outros.

Item 3.1.11.

Elaborar relatório sobre as condições sanitárias e de saúde nos presídios brasileiros.

Item 3.1.12.

Analisar os efeitos práticos, positivos e negativos, do endurecimento da legislação penitenciária, como a criação do regime penitenciário disciplinar diferenciado.

Essa é a primeira etapa, com a realização de um relatório preliminar, de tal forma que a gente vá construindo os relatórios, para, ao final, não ficar acumulado.

O segundo item seriam as visitas.



Estamos dando para o primeiro item apenas 30 dias, para essas audiências às terças e às quintas. Na segunda etapa, estamos colocando 1 mês e 15 dias, porque consideramos que as visitas às penitenciárias são muito importantes para a gente visualizar a problemática do sistema penitenciário. Vai de 29 de setembro a 14 de novembro. Essas visitas seriam a partir de dados relatados e coletados no primeiro período. Identificar os gargalos e efetivar diligência direcionada com oitiva *in loco*, caso necessário, de detentos, autoridades responsáveis, juízes de execução, diretores de presídio, delegados, agentes penitenciários.

A idéia, nessa segunda etapa, é a Comissão sair de Brasília, visitar nos Estados o maior número de penitenciárias e visitar os complexos penitenciários, os quais não me aventurei a indicar. Por meio de diálogo bem franco entre nós, podemos definir as penitenciárias, os complexos que a Comissão visitará. Sabemos das questões políticas. Portanto, não indiquei os locais, os Estados, para que possamos, de comum acordo, de maneira consensual, selecionar as penitenciárias que a Comissão vai poder visitar.

Terceiro item: ouvir as autoridades.

Estou colocando que deixemos para ouvir as autoridades — Ministros, Governadores, Secretários da Pasta — na última etapa, de tal forma que, nessa última etapa, já tenhamos dados do diagnóstico, uma visão real da situação dos presídios. Aí, sim, dialogamos, em audiência, com Ministros, Governadores, diretor de estabelecimento penal.

A previsão para essa terceira etapa é de 1 mês e 11 dias, do dia 3 de outubro a 14 de novembro de 2007.

Quarta etapa: apresentação do relatório preliminar geral, que está previsto para o dia 10 de dezembro de 2007.

Última etapa: votação e publicação do relatório, prevista para o dia 19 de dezembro, já que a CPI... os 120 dias terminam no dia 23 de dezembro, antevéspera de Natal.

Portanto, esse é o cronograma que apresentamos, para recolher sugestões do Plenário da Comissão.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Dada a apresentação da metodologia do Sr. Relator, coloco-a à apreciação dos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Sr. Deputado Jorginho Maluly.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sra. Presidenta, que deixou a Mesa mais bonita, nobre Relator, 2 coisas. A primeira: todos os Deputados aqui, inclusive o Presidente, deixaram claro que temos de ter uma Comissão suprapartidária e sem posicionamentos políticos, embora sejamos políticos. O trabalho da Comissão não pode ter um direcionamento para A, para B ou para C, a não ser colaborar no sentido de que melhoremos o sistema prisional brasileiro, que, todo mundo sabe, parece um queijo suíço: cheio de buracos. E não está resolvendo nada.

Existe uma frase no final da programação de V.Exa.: *justiça se faz na luta*. Com todo o respeito que tenho por V.Exa., acho que essa frase tem conotação política. Então, não deveria constar, porque senão cada um de nós vai colocar uma frase aqui de acordo com nosso pensamento.

A outra coisa: com todo o respeito, nobre Relator, não estou aqui, pelo amor de Deus, levando para o lado pessoal, eu queria apenas que V.Exa. incluísse nesse item 3... Tem o 3.1.9 e o 3.1.10... Eu bato sempre nessa tecla, porque minha origem é municipalista. Queria que V.Exa. colocasse mais um item aqui... Podemos ler aqui: *elaborar um diagnóstico sobre os efeitos da condenação sobre os familiares, cônjuges, companheiros, pai, mãe e filhos*. Sim, é claro que isso tem um efeito, mas também, quando se tem a condenação e se vai cumprir a pena, se juntam milhares... Na cidade onde fui Prefeito, há 3.300 sentenciados cumprindo pena numa cidade de vinte e poucos mil habitantes; na cidade ao lado, com pouco mais de 8 mil habitantes, há mais 3 mil presos cumprindo pena. E existe, como eu disse, um efeito não apenas sobre as pessoas intimamente ligadas ao preso, mas também sobre a comunidade que está em torno disso.

Então, gostaria que V.Exa. colocasse isto como subitem: elaborar um diagnóstico sobre os efeitos das penitenciárias na comunidade onde ela foi implantada para que os municípios possam dar a sua versão, dizer o que é bom. Por



exemplo, a folha de pagamento dos presídios do meu Município é maior do que o orçamento da própria cidade.

Com todo o respeito que tenho por V.Exa., que contou com o meu apoio para a Relatoria e poderia contar com ele também para a Presidência, se fosse candidato, peço que verifique a possibilidade de tirar a frase que está no final do programa e incluir esse item, por favor.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Acolho a observação do Deputado Jorginho Maluly. Na verdade, essa palavra de ordem acompanha o meu mandato. Foi colocada aqui inadvertidamente, não devia estar aqui. Está, portanto, retirada.

Com relação ao acréscimo sugerido, acolho com todo o prazer. E ainda acrescento outro: realizar o diagnóstico dos custos financeiros do sistema penitenciário.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Dentro do que o Deputado Paulo Rubem disse agora há pouco dos orçamentos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Acrescento, Sr. Presidente. Mas, aqui para a assessoria, há mais um diagnóstico sobre os custos do sistema penitenciário, talvez por Estado, por região.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - E como esta é uma CPI dinâmica, eventualmente, durante o processo de trabalho, outros itens poderão ser sugeridos a V.Exa. e tenho a certeza de que serão debatidos aqui, pelo nível dos Parlamentares que aqui estão, e serão incluídos ao longo dos trabalhos. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Acatada, então, a observação do Deputado Jorginho Maluly. Com a palavra o Relator.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sra. Presidenta, só quero dizer que concordo com a proposta do Deputado Jorginho Maluly. Apenas acho que seria um item a mais, seria o item 3.1.11., e seria específico para o efeito sobre a comunidade, porque são efeitos diferenciados, para não misturar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Com a palavra o Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Obrigado, Sra. Presidenta. Sr. Relator, Deputado Domingos Dutra, eu tinha uma sugestão a fazer que, reconheço, não chega a ser salvadora. A situação edilícia, a situação dos prédios dos complexos



carcerários me parece tão deficiente que quero propor a V.Exa. que durante as visitas da Comissão houvesse a presença de cinegrafistas para fazerem um trabalho de retenção da memória física, uma espécie de vistoria *ad perpetuam rei memoriam* para que tenhamos a idéia de como a coisa está. Porque daqui a 10, 15 anos, quando nós já não mais estivermos aqui e esse relatório estiver relegado a uma gaveta num arquivo no subsolo, certamente haverá um meio potente e inteligente — um DVD, um CD — de mostrar às pessoas a maioria das penitenciárias do nosso sistema prisional e dar-lhes uma idéia de como elas eram nos idos de 2007, para que possam comparar e ver se a coisa melhorou, até por conta da pressão orçamentária que o Deputado Paulo Rubem vai impor no sentido de que os recursos cheguem aos Estados para que se melhore a qualidade dos presídios e se reduza a pressão prisional hoje existente.

Era só isso, Deputado. Parabéns, gostei das suas propostas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Queria só, se V.Exa. me permitir, fazer um acréscimo. Nós já conversamos sobre o assunto na Comissão. Precisamos contar com todo o aparato de registro das nossas visitas às prisões pelo País afora — fotógrafos, cinegrafistas, etc. —, de tal forma que possamos constituir aqui um arquivo a serviço da instituição.

Portanto, acolho a sugestão e acrescento esse outro item. E aproveito, Sra. Presidenta, para acrescentar que é importante termos um relatório sobre a estrutura dos presídios e das delegacias. Nós vimos lá em Ponte Nova uma delegacia cuja estrutura não permite uma ação rápida da polícia em caso de emergência. Ali poderiam ter morrido todos os presos e os policiais pouco teriam a fazer, ou mesmo o Corpo de Bombeiros.

Portanto, acho que devemos contar com profissionais que possam nos dizer se a estrutura da delegacia/presídio é adequada, inclusive para a segurança de quem trabalha com os presos. Acrescento este item ao relatório.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sra. Presidenta, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Deputado Carlos Sampaio, vou conceder a palavra aos Deputados Paulo Rubem Santiago e Maria do Carmo Lara e, em seguida, a V.Exa.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Serei breve, Deputada Maria Lúcia. Quero dizer que também me senti contemplado com o roteiro encaminhado pelo Relator, Deputado Domingos Dutra.

Essas questões têm sido levantadas por diversos órgãos da sociedade. Nós estamos num período em que os municípios estão debatendo e algumas câmaras municipais aprovando os planos diretores. E é comum que em muitos Estados as cidades reivindiquem melhorias com recursos estaduais. E muitas delegacias de polícia foram construídas nas condições a que se referia o Deputado Dutra, em locais inadequados, próximos a escolas de educação infantil ou repartições públicas, impedindo a ação da polícia com a segurança devida em caso de necessidade.

Então, esse é um elemento que estará presente. Mas eu quero enfatizar aqui, mais uma vez, a questão do custeio e do financiamento. Recentemente tivemos uma audiência na Comissão de Segurança Pública — os Deputados que ainda não tiveram oportunidade podem ter acesso, no *site* da Controladoria-Geral da União, aos relatórios das auditorias feitas nos convênios com os governos estaduais; vimos lá Pernambuco, Bahia, Rondônia, Tocantins, etc. E os recursos não foram poucos. O meu Estado, especialmente, recebeu recursos para a recuperação de um presídio, para a construção de delegacias, chamadas por eles de minipresídios, em 3 cidades do interior do Estado, com graves indícios de desvios, de má gestão e até de obras inacabadas. Isso é importante porque estamos tentando consolidar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública. Há um esforço do Governo nesse sentido. Temos o Fundo Nacional de Segurança Pública, temos o Fundo Penitenciário. E isso tem servido aos Estados, muitas vezes, para substituir recursos dos próprios orçamentos estaduais, seguindo um pouco a pedagogia de Pôncio Pilatos: se tem dinheiro federal, o Governador lava as mãos, pega o dinheiro do Estado e gasta com outras coisas. No final o resultado é o mesmo: o Governo Federal entra com recursos e os governos estaduais retiram recursos para investimento, para manutenção, para custeio. Especialmente no que diz respeito a pessoal. Será importante para esta CPI identificar as leis estaduais que dimensionaram as carreiras dos profissionais do sistema penitenciário. Em alguns Estados da Federação, há anos são contratados temporariamente os chamados guardas especiais, guardas provisórios nas penitenciárias. São pessoas que estão lá há 8



anos, recebendo um terço, um quarto do que deveria ser pago a um agente penitenciário de carreira; trabalham com um contrato precário, não podem ter representação associativa para defender os seus direitos como servidor público, e atuam dentro de um sistema prisional altamente explosivo recebendo 320, 340...

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Deputado Paulo Rubem, é importante essa informação que V.Exa. traz ao debate. São funcionários terceirizados que ocupam função de Estado. Isso é perigoso, sobretudo pela própria segurança do apenado e do Estado propriamente dito.

Queria só dizer a V.Exa. que eu faço parte de uma outra Comissão que analisa uma PEC que propõe a criação da polícia penitenciária, e há hoje uma discussão muito acesa a respeito desse tema. Hoje já me inclino pela necessidade de se criar uma polícia penitenciária, com concurso público, com número certo de representantes, como V.Exa. está propondo, com treinamento adequado, enfim. É uma outra questão, é uma Comissão que está sendo presidida pelo Deputado Nelson Pellegrino, do PT. Acho importante, inclusive, que depois o Deputado nos traga suas opiniões, suas impressões a respeito do assunto. Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Agradeço a V.Exa.

Pois não, Deputado Maluly.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Completando a nobre e importante intervenção do meu amigo Deputado Airton Xerez, quero dizer que também faço parte dessa Comissão. Quero sugerir ao Relator que esta Comissão avalie especificamente as condições, dentro do que V.Exa. está dizendo, de trabalho dessas pessoas. Não vamos dizer que a criação da polícia penitenciária seja solução porque a discussão do tema não está suficientemente madura para formarmos opinião. O que todos nós sabemos é que a corrupção grassa, que eles não têm condições de trabalho e, como já foi dito aqui, são também atingidos por problemas como tráfico de armas e de drogas, entre outras coisas, são também elo dessa perigosa corrente. Então, só para reforçar o que o nobre Deputado Xerez



disse, seria importante, sim, essa atenção especial, nobre Relator, para com os que trabalham em presídios. Manifesto meu apoio ao Deputado Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Obrigado, encerro, Deputado Domingos Dutra, Deputada Maria Lúcia, que preside a sessão, dizendo da importância de conseguirmos diagnosticar essa ferramenta que nos auxilia a todos, que é o SIAFI. Temos acesso ao SIAFI independentemente do partido, da bancada, do bloco a que pertencemos. Quando assumimos o mandato, vamos lá com a nossa assessoria delegada, nos qualificamos, nos identificamos e podemos, no exercício do mandato, investigar diversas áreas de aplicação orçamentária do Governo. Mas quando descemos para os Estados, a grande maioria não têm sua execução orçamentária disponível no sistema informatizado. Esse é o grande problema para verificarmos o quanto do que é aprovado nas leis orçamentárias é efetivamente aplicado. Muitos aqui passaram pelas assembleias legislativas e viram que alguns programas de grande impacto socioeconômico, de desenvolvimento, têm a lei aprovada com monstruoso volume de recursos. Encerrado o exercício, por razões diversas, aquele programa não teve sequer 10% dos recursos aplicados, sobretudo quando se trata de investimento. Acabo de entregar ao Secretário Nacional de Segurança Pública um relatório que nós levantamos no SIAFI de 2001 a 2007 que mostra a defasagem de alguns programas e o incremento de outros programas — por exemplo, a Polícia Federal teve um incremento considerável. Mas outros programas, o que estamos prevendo para o PRONASCI nos próximos anos, a média anual é a média de 2001, quando nós poderíamos, com o incremento da criminalidade e da violência e com a correção do índice inflacionário, ter partido de 1,2 bilhão para 2,5 bilhões, 3,5 bilhões. Então, isso também significa que vamos ter que ir aos Estados averiguar quanto é que os governos de estaduais têm aplicado na manutenção do seu sistema carcerário, qual é o investimento na qualificação dessas pessoas, qual é o investimento no preenchimento dos cargos. Eu citava recentemente, na Comissão de Segurança, que a lei estadual que dimensionou a carreira do policial civil em Pernambuco é de 1981; hoje nós temos 5.200 cargos vagos, sendo 4.600 de agentes, aproximadamente 60 a 70 cargos vagos de delegados de polícia e quase 500 cargos vagos de escrivães de polícia. Estamos em



2007. A lei foi dimensionada em 1981. Vários governos passaram e não implementaram a ocupação das carreiras policiais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Deputado, estamos sendo chamados em plenário.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Então, eu quero enfatizar essas questões e renovar a nossa disposição, Sr. Relator, de contribuir o máximo que pudermos para traçarmos um diagnóstico de custo orçamentário, fiscal e financeiro do sistema carcerário e da segurança que esse sistema pode oferecer à população e a recuperação dos apenados.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidenta, gostaria apenas de sugerir ao Relator, ao mesmo tempo em que o cumprimento pela organicidade que deu aos nossos trabalhos, que no item, 4.1, em que pese S.Exa. ter colocado rol aberto de autoridades, que inclua, a exemplo dos juízes, promotores de execução, porque os promotores de justiça também atuam na área de execução penal, juntamente com os juízes. E fazer uma indagação com relação ao item 3.1.5. O Sr. Relator coloca também um rol aberto e elenca algumas entidades, dentre as quais, por exemplo, a nacionalmente conhecida Pastoral Carcerária. Indago do Relator se as entidades deverão ser ouvidas na ordem em que foram enumeradas ou nós da Comissão poderemos chegar ao consenso de que outras deveriam ser ouvidas antes delas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Deputado Carlos Sampaio, temos esse roteiro. Vou sugerir à Comissão que, na próxima reunião, todos os Deputados mandem para a Comissão, através de requerimento, quem queira ser ouvido em qualquer desses itens. E, depois, a Relatoria, com a Presidência, organiza dentro desse organograma. E se tiver um número excessivo a gente negocia de tal forma que contemple todas as vertentes e os interesses. Na minha opinião, a gente tem que ter uma visão mais ampla possível de todos os segmentos que, direta ou indiretamente, estejam trabalhando com o sistema. Portanto, aqui, não é exclusivo nem excludente. Fica a critério de cada Deputado fazer requerimento na próxima reunião.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Perfeito. Está claro. Tanto que V.Exa. coloca aqui "*tais como*". Então, agradeço o esclarecimento a V.Exa.

Seria só isso, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Nós estamos sendo requisitados em plenário. Sr. Presidente Neucimar, nós estamos sendo requisitados em plenário. Portanto, começou a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu queria, Sr. Presidente, sugerir o seguinte: nós temos aqui um relatório que eu produzi sobre a diligência em Minas Gerais. Como vai haver uma outra diligência, eu aproveito para incluir, de uma vez só, e apresento, logo em seguida. E as sugestões dos Deputados Paulo Rubem, Carlos Sampaio e todos os demais eu agradeço.

Quero agradecer aqui a todos os Deputados e dizer ao Deputado Abi-Ackel que se eu falei alguma coisa sobre a qual pairou dúvida, me desculpe. Mas o nosso interesse aqui é que esta Comissão, ao final, dê uma grande contribuição para essa situação desses brasileiros que estão apodrecendo dentro do sistema penitenciário. Nós temos que fazer com que menos brasileiros cheguem a essas prisões; e se chegarem, que seja numa situação mais humana do que a que a gente vê hoje independente de quem esteja governando, tal ou qual Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Raul Jungmann. Em seguida, a Deputada Maria do Carmo.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, queria parabenizar o Relator pelo trabalho de sistematização. Eu acho que ele nos deu um roteiro sobre o qual podemos nos debruçar, e a partir daí enriquecer, mas, a partir do chassis básico que S.Exa. montou, que, acredito, atende às nossas preocupações.

Entretanto, faço duas observações. Eu, Neucimar, outros aqui — e, é evidente, V.Exa. também, acredito eu, no plano estadual — já vivemos CPIs. E a gente sabe que o trabalho da CPI não elimina os outros trabalhos que a gente faz, por melhor que seja a disposição. Então, essa coisa que eu estou vendo aqui, Deputado Domingo, segunda, terça, quarta, quinta e sexta, eu acho que é um certo otimismo. Não estou pedindo, necessariamente, que V.Exa. modifique os prazos, mas, considerando... do jeito que está aí... Eu, por exemplo, neste momento, tenho



que utilizar meu dom da clonagem e da ubiqüidade, porque eu tenho, pelo menos, mais 3 Comissões além do plenário, para o qual a representante de Minas nos chamou a atenção. Então peço, um pouquinho de cuidado com essa questão.

A segunda observação já se encontra, na verdade, contida aqui. Eu quero apenas ressaltar, Neucimar, a importância dela. Acho que hoje o conhecimento de outras alternativas, experiências, sistemas carcerários, pelo mundo afora, é detalhe imprescindível ao sucesso do que a gente vai fazer. Se nós vamos construir um modelo, se vamos estruturar um novo paradigma, ou reformar o que aí está, é fundamental ter noção, desde já, abrangentemente, Neucimar, do que está sendo feito mundo afora — nos Estados Unidos, na Europa, aqui, na Colômbia e assim por diante. Eu chego, inclusive a aventar a hipótese de se pensar em criar até uma Sub-Relatoria, pensando nisso, só nisso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sim, experiência bem-sucedida pelo mundo afora, porque não há lugar no mundo que não tenha sistema prisional; e abundam, exatamente, as diversas e as mais, eu diria, ricas experiências que temos que procurar aproveitar.

Então, era esta a contribuição. Está contida aqui. Apenas estou pedindo que se dê uma certa amplitude e que se pense. Não estou *a priori* propondo que se crie não, mas que se pense, Relator e Presidente, na hipótese de ver alguém que possa se dedicar, exclusivamente, às experiências que, num mundo globalizado, com a Internet, fica muito mais fácil tomar conhecimento disso tudo. É apenas isso, Presidente. Muito obrigado.

De resto, parabéns mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Raul Jungsmann.

Com a palavra a Deputada Maria do Carmo.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO** - Presidente, Deputado Neucimar, nosso Relator, Deputado Domingos Dutra. Primeiro, quero parabenizá-lo pelo plano de trabalho. Depois, uma das preocupações é esta: acho que a gente tem que ter o bom senso para produzir e mediar também, por causa da questão de não ficar preso



os dias todos nessa questão. Devemos fazer oitivas em lugares que acharmos importante para somar com o trabalho.

Outra questão com a qual acho que essa CPI pode contribuir para o Brasil e para a população brasileira, é que saíamos, ao seu final, com um trabalho feito. E para mim, um trabalho feito, o objetivo principal é que tenha propostas para que possa ser usadas pelos Estados brasileiros, pelo País. Principalmente, pelos Estados onde está a responsabilidade pelo sistema penitenciário.

Quero chamar a atenção para uma coisa, mais como preocupação. Quando se fala em penitenciária, tem-se a idéia apenas de uma penitenciária. Mas, pelo menos no meu Estado, temos penitenciária e cadeias públicas. O que nós visitamos em Ponte Nova foi uma cadeia pública. Então, ao pedir os relatos dos Estados, temos que colocar que mande o relato como um todo. Se pedirmos o relato apenas da penitenciária, não vai, às vezes, incluir a cadeia pública, e na maioria das cidades o que nós temos são cadeias públicas, onde tem condições... Penitenciárias também, mas as cadeias públicas são piores porque não têm condição nenhuma e ficam lá presos que não foram julgados, presos que já foram julgados, que já foram condenados.

A Comissão, ao fazer esse requerimento, tem que ter esse cuidado para recebermos o retrato real, senão vamos receber um retrato e não vamos receber tudo o que existe enquanto sistema penitenciário, que são as cadeias e penitenciárias.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Jorginho Maluly.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Vou procurar ser bem rápido, Presidente. Quando um colega fala os pensamentos vêm à cabeça.

Primeiro, dentro do que o Ministro Raul Jungmann comentou, nós deveríamos pensar, não sei de que maneira, nem se é possível legalmente isso. Mas quando se fala em experiências externas, talvez fosse o caso até de visitar — não todas — mas uma ou outra experiência muito bem-sucedida. Talvez esta Comissão tenha até que visitar *in loco*, para ver como é que ela está funcionando. E, dentro desse caminho, talvez até uma penitenciária privatizada, para ver se ela funciona bem, se ela não



funciona, comparar custos dentro do que o público faz e dentro do que o privado faz, sem ter preconceito se funcionou ou não.

Duas coisas que vivi na pele e que passo aqui para o Relator — não vou fazer comentários longos — apenas para o Relator avaliar e outros colegas, para pensarem se vale a pena ou não aprofundar posteriormente. Eu fiz uma pesquisa, como estudante de Direito, sobre o grau de instrução dos presos no Estado de São Paulo. E, para minha tristeza, Presidente, a grande maioria não tem sequer o 4º ano primário. Então, eu acho que esse é um ponto que talvez possamos colocar, não especificamente, mas dentro do esboço fazermos uma proposta, como disse a Deputada Maria do Carmo, talvez, nessa área educacional também.

Por último, existem alguns presídios que têm parceria com instituições privadas para utilizar a mão-de-obra do preso dentro da cadeia a fim de que as pessoas ganhem dinheiro em cima do preso na cadeia, pagando para ele o *minimo minimorum*. Esse é um tema, Relator, apenas para pensar. Nada específico agora. É para V.Exa. avaliar e com a sua experiência de luta, como já disse, poder talvez, à guisa de sugestão, ao longo do caminho, aproveitar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidenta, Sr. Relator, quero também me juntar àqueles que parabenizaram o plano de trabalho executado. Com certeza, ele nos permitirá levar adiante esse importante trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu acho que o nó górdio dessa questão está, justamente, naquilo que o Estado brasileiro deixa de fazer: deixa de cumprir a lei. E que lei? A lei básica que rege todo o sistema penitenciário brasileiro. Chama-se Lei de Execuções Penais. A partir do momento em que permitimos que o Estado brasileiro desrespeite a lei, tudo é possível, inclusive o impossível. Nós sabemos — e Hegel já disse isso na dialética *O Senhor e o Escravo* — que quem comanda o sistema não é o senhor. Na verdade, quem o faz é o escravo, que mal comparando, é o mesmo que acontece dentro do sistema penitenciário. Não é o Estado quem comanda o sistema penitenciário. Ele tem uma cultura própria e acaba comandando aqueles que deveriam comandar.



Eu observei um trabalho muito bem elaborado pelo competente Deputado Paulo Rubem Santiago em que ele demonstra que, em 2001, o valor dos investimentos do Fundo Nacional Penitenciário foi de apenas 411 milhões para 27 Estados da Federação mais o Governo Federal. E se foi só 411 milhões em 2001, imagine o que foi em 2006: apenas 184 milhões do Fundo Penitenciário em investimentos, uma redução praticamente de dois terços. Então, não é uma prioridade nacional. E o que esta CPI pode e deverá demonstrar é justamente que no Brasil não se cumpre a lei; que, no Brasil, ao invés de se fazer mais investimentos para que a lei seja cumprida, acontece justamente o contrário.

No Rio de Janeiro, nós tivemos uma experiência bastante interessante, Sr. Presidente, que é a constituição das chamadas delegacias legais. Acabou-se com a custódia de presos nessas delegacias — hoje, mais de 100 —, criando-se as chamadas casas de custódia, que precisam cada vez mais receber do Fundo Penitenciário Nacional os recursos, para que nunca mais nós tenhamos presos em delegacia. Porque a máxima por nós lá executada era a seguinte: quem prende não guarda e quem guarda não prende.

Portanto, Sr. Presidente, parabênzo as iniciativas tomadas pela Comissão, esperando que todos nós possamos fazer com que o Estado brasileiro cumpra com o mínimo, ou seja, cumpra com a lei do Estado brasileiro, que é a Lei de Execuções Penais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, a Relatoria já acolheu todas as sugestões oferecidas aqui pelo Plenário da Comissão. E, com relação ao que disse o Deputado Raul Jungmann, eu acho que a maior contribuição da Comissão é oferecer sugestões viáveis não só para o Poder Executivo Federal e Estadual, mas, inclusive, para esta Casa, que, nesta Legislatura, já produziu muitas leis. Na minha opinião, se formos examinar a legislação atual, talvez não haja necessidade de novas leis. Portanto, eu acho que a Comissão tem que oferecer sugestões viáveis. E eu sugiro que os Deputados que tiverem conhecimento de qualquer experiência exitosa — aqui no Brasil, no nosso Continente ou em qualquer



lugar — encaminhe, para que a Comissão possa visitar e extrair dessas experiências sugestões para o relatório.

Com relação ao que disse o Deputado Jorginho, no Item 318 já está inscrita a necessidade de se fazer um diagnóstico do IDH dos presos. Nessa visita, lá, a Ponte Nova, nós constatamos que a grande maioria ou quase 100% dos presos são pessoas que não têm pais, não têm mãe, moram na periferia, não têm salário, não têm renda. Portanto, esse IDH aqui vai contemplar a sugestão do Deputado Jorginho que fala especificamente da educação.

E com relação ao que diz o Deputado Itagiba, eu acho que nós vamos ter que, talvez, a exemplo do que está fazendo o Deputado Vaccarezza, consolidar toda a legislação brasileira; já começou pela legislação trabalhista. Esta Comissão talvez precise condensar tanto a legislação estadual como a federal que está aí, para que, no final, a gente conclua aquilo que precisa ser alterado e aquilo que precisa ser reforçado.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço aqui as referências.

E ainda, com relação ao relatório de Minas Gerais, lá de Ponte Nova, em função do esvaziamento da Comissão, em função do nosso chamamento, eu sugiro que, ao final da última diligência, a gente possa completar o relatório e disponibilizar para todos os Deputados com a seguinte ressalva: há sugestões, há providências que devem ser encaminhadas com urgência para o Governo do Estado de Minas Gerais, para poder ter saída para o que ocorreu ali, inclusive com relação ao indiciamento dos supostos agressores dos presos da cela nº 8.

Portanto, eu fico satisfeito pelas sugestões dadas e, com certeza, vamos incorporar aqui a esse plano de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao nobre Relator, Deputado Domingos Dutra, autor proponente desta Comissão. Agradeço pela dedicação e pelo empenho.

Não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de todos, e declaro encerrados os trabalhos desta Comissão.

Está encerrada a reunião.